

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA - PPGSP
ABDULAI SOMBILLE DJALÓ**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DEPENDÊNCIA
DA GUINÉ-BISSAU: CASO DO CAJU**

**FLORIANÓPOLIS
2013**

ABDULAI SOMBILLE DJALÓ

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DEPENDÊNCIA
DA GUINÉ-BISSAU: CASO DO CAJU**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em sociologia política.

Orientador: Prof. Dr. Ary Cesar Minella.

**FLORIANÓPOLIS
2013**

Ficha catalográfica elaborada pelo autor

D623d

Djaló, Abdulai Sombille

Desenvolvimento socioeconômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju/ Abdulai Sombille Djaló. – 2013.

121 p. : il. ; 21 cm

Bibliografia: p. 99-105

Orientador: Prof. Ary Cesar Minella, Dr.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Sociologia Política, Florianópolis, 2013.

1. Guiné-Bissau. 2. Desenvolvimento e Dependência. 3. Caju.
4. Instituições Multilaterais. I. Minella, Ary Cesar II. Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Sociologia Política. III. Título

Abdulai Sombille Djaló

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E DEPENDÊNCIA
DA GUINÉ-BISSAU: CASO DO CAJU**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e os Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:

Florianópolis, 05 Fevereiro de 2013

Prof. Ricardo Gaspar Muller, Dr.
Coordenador do Curso

Prof. Ary Cesar Minella, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Elizabeth Farias da Silva, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Harrysson Luiz da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fernando Ponte de Sousa, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

A ALLAH, aos meus queridos pais e as minhas queridíssimas irmãs, que me ensinaram a amar a educação, a assumir riscos, a acreditar em mim mesmo e a servir aos outros.

Também dedico este trabalho a todas as crianças vulneráveis, sem esquecer a minha terra querida Bafatá e o meu sofrido país Guiné-Bissau, o qual continua sendo um país do futuro, repleto de oportunidades, de pessoas de talento, de jovens sonhadores, de idealistas, de incansáveis seres que lutam, arduamente, para o seu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Causou-me muita alegria e emoção quando comecei a compilar a minha lista de agradecimento, incluindo aquelas pessoas que de alguma forma me incentivaram para que o meu estudo se tornasse realidade. O número é alto e me coloco numa posição privilegiada ao formar e manter amigos.

Estudar até chegar nesse ponto de escrever a minha dissertação de mestrado exige tempo, paciência e muita pesquisa. Sem motivação e incentivo é inconcebível a sua realização. A família e os amigos são essenciais para manter a chama sempre acesa, principalmente, quando o período é muito longo. Foram dois anos longe da minha amada família e dos meus amigos da infância. Mas, aqui no Brasil, consegui construir outra família e amigos.

Começo por agradecer a ALLAH, aos meus pais, Mamadu Sello Djaló e Nebi Baldé, e as minhas irmãs, Fatumata Djarai Djaló e Umo Aua Djaló; em especial, aos meus avós, Neniél Djaló (*In memóriam*) e Abdulai Aladje Sombille Djaló (*In memóriam*), Sulaimane Baldé (*In memóriam*), Fatumata Djarai Djaló (*In memóriam*).

Agradeço, também, a todos da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente aqueles do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, por terem me proporcionado ampla visão do mundo, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Ary Cesar Minella, pela paciência e vontade demonstrada ao longo deste tempo; ainda, agradeço ao pessoal da secretaria, em especial na pessoa da Albertina, que sempre teve paciência e soube me escutar, a Fátima, aos meus professores, ao Prof. Dr. Jacques Mick, por ter aceitado o meu projeto sem ter me conhecido. Gostaria muito de deixar o meu especial agradecimento aos meus professores da FASSESC, Prof. Dr. Valter Lopes, Prof. Dr. Francisco Pereira e a Prof^a. Dr^a. Evanir Dário, que desde o início da minha jornada acadêmica, em 2006, esteve comigo, aconselhando-me e orientando-me como uma Mãe.

Dentro da Universidade, fiz muitos amigos, tais como: Bruna, Lucas, Alexandre, Vinicius, Joel, Cleiton, Paulo, Eduardo, Luís Paulo, Barbara, Isadora, Itamar, Carol, Carolina, Ana Carolina, Everson, Ricardo, Melissa sempre marcando algo na casa dela; nunca me esquecerei da paeja que ela prepara, porque o tempero é único (delicioso), entre outros amigos.

Gostaria, ainda, de expressar minha gratidão ao Dr. Genésio de Carvalho, que foi um amigo, conselheiro e um pai, e ao Comlan

Marcelino Pereira Gomes, um amigo, parceiro, companheiro de todos os momentos, passando a ser um irmão pra mim. Também agradeço ao Doutorando Mamadú Djaló, Estelle Pallier e toda a comunidade Africana, no Brasil, em especial a comunidade guineense em SC-Florianópolis, ao Almame, Benny, Daniel de Carvalho, Duca, Ézio, Bissan, Natan, Edy, Minga, Mario, Tú, a pequena Taina, ao pequeno Diogo e a minha lindíssima afiliada Bemivalda, Edmar, Lady, Léo, Fiel, Free, Ermelinda, Anett, Cirilo, Ivna, Patricia, Neia, Amina, Mirene, Aduzindo, Aby, Bessy, Edilene, em especial, a “tia Nadia”.

Não poderia esquecer-me da magnífica família Safediny (Libaneses), por terem me acolhido na casa deles em Senegal – Dakar durante uma semana, devido à situação do Golpe de Estado na Guiné-Bissau, ocorrido bem na época da minha viagem para a pesquisa de campo. No rol desse agradecimento, destaco Hamoudé, Aliushé e Tchótchó, pelos passeios, piadas e atenção.

Contudo, são dignos de destaque outros apoios importantes dos meus familiares e amigos da Guiné-Bissau, como a minha Tia querida Boi bailo, Djenabu, Assi, Tio Tidjane, em especial ao Tio Paicum, Aisato Banham Djaló (Djadja) e a Tia Maimuna Capé, Tio Carlos Capé, ao meu Tio Therno Mamadú Abibo Djaló, Tio Inusa, Walas, Tass e Valdo, a minhas primas, Susy, Wanda, Djariatu, Iama e Muna, aos meus primos, Djibe, Idrissa, Sanu, Sello, Djibe e aos meus amigos, como o Carlos Alberto Gomes N’haga (Beto), Nilsa, Fininha, Obé Pina, Midana, Nilton, Dinny, Lino, Michael, Jayson, Lesmes, Alfonso, Didi, Natacha, Henrique, Yannick, em especial, ao Lantrango.

Muitas outras pessoas foram extremamente importantes no suporte para transformar em realidade a minha empreitada. Algumas delas: a Brunilde, Debora, Rulza, que foi a minha grande parceira no meu último ano, ao Sr. Pedro e a sua esposa Dona Sandra, Maza e mãe dela Gabriela Fernades, Kauli, Maiba, Alfadjo Bary, Marcão, pessoal do Departamento do orçamento do Estado da Guiné-Bissau, a Tia Ana, pessoa que dedicava o seu tempo para cuidar de mim na infância, todos os agricultores guineenses, o presidente da CNC, presidente da ANAG, enfim, todos os entrevistados.

Dignos de agradecimentos também são todos os alunos da ULG – Universidade Lusófona da Guiné, por terem me ensinado, compreendido, durante um ano, como docente da instituição (ULG), o Magnífico Reitor Rui Jandi e todos os professores, funcionários em geral.

Muitos nomes não foram aqui mencionados, mas a todos sou extremamente grato e radiante estou, por atingir este momento que, para

mim, simboliza o supremo ato de compartilhar o conhecimento.
Obrigado a ALLAH e a Todos!

Durante toda a minha vida me dediquei à luta do povo africano. Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Saudei o ideal de uma sociedade livre e democrática, na qual todas as pessoas pudessem conviver em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal pelo qual espero viver e poder realizar. Mas, se for necessário, é um ideal pelo qual estou pronto a morrer.

(Genésio de Carvalho apud Nelson Mandela)

RESUMO

DJALÓ, Abdulai Sombille. **Desenvolvimento Socioeconômico e Dependência da Guiné-Bissau: Caso do Caju**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013.

A dissertação analisa aspectos econômicos e sociopolíticos relacionados com o desenvolvimento da Guiné-Bissau, com foco principal nos processos de produção, transformação e comercialização da castanha do caju, principal produto na pauta de exportação do país. Além das políticas governamentais, são consideradas as condições sociais e econômicas dos diferentes produtores e comerciantes do produto. Ao mesmo tempo se avalia o relacionamento estabelecido pelos distintos governos do país com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e as implicações dos programas desses organismos na manutenção do *status quo* relacionado com o universo do caju. Constatou-se a dependência e importância do caju na economia do país e na sobrevivência de grande parte da população, mas que a mesma não é maior beneficiária do processo e que o sistema produtivo carece de melhor infraestrutura, possui carência de transformação do produto, que é exportado basicamente in natura, desvalorização dos seus produtores e a falta de comprometimento do governo guineense face as suas responsabilidades com o setor e com o desenvolvimento de forma mais ampla. Os procedimentos metodológicos incluíram a pesquisa bibliográfica e documental além de pesquisa de campo realizada nas oito regiões do país (Cacheu, Bafatá, Gabú, Quínara, Tombali, Bolama, Oio) e o setor autônomo de Bissau durante o período de abril-junho de 2012. As entrevistas (total de 56) foram realizadas com agricultores, comerciantes e empresários envolvidos na produção e exportação do caju, além de autoridades governamentais, acadêmicos e membros de ONGs que atuam na área.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Desenvolvimento e Dependência. Caju. Instituições Multilaterais.

RÉSUMÉ

DJALÓ, Abdulai Sombille. **Développement socio-économique et dépendance em Guinée-Bissau: Cas de cajou.** 2013. 121 f. Dissertation (Master sociologie politique) – Département de Sociologie Politique, Université Fédérale de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013.

La thèse examine les aspects économiques et socio-politiques liés au développement de la Guinée-Bissau, avec un accent mis sur les procédés de production, de transformation et de commercialisation de la noix de cajou, principal produit d'exportation du pays. Outre les politiques gouvernementales, les conditions sociales et économiques des différents producteurs et distributeurs du produit sont considérés. De plus on évalue la relation établie par les différents gouvernements du pays avec le Fonds Monétaire International et la Banque Mondiale et les implications des programmes de ces organismes à maintenir le *status quo* relationné à l'univers de la noix de cajou. On a constaté la dépendance et l'importance de noix de cajou dans l'économie du pays et la survie de la majorité de la population, mais aussi que la population n'est pas la plus grande bénéficiaire du processus et que le système de production n'a pas de bonnes infrastructures, possède un manque de transformation du produit, qui est essentiellement exportée sans transformation, une dévaluation de leurs producteurs et le manque d'engagement du gouvernement guinéen face à leurs responsabilités avec l'industrie et avec le développement plus largement. Les procédures méthodologiques comprennent la recherche bibliographique et documentaire ainsi que la recherche de terrain menée dans les huit régions du pays (Cacheu, Bafata, Gabu, Quinara, de Tombali, Bolama, Oio) et le Secteur Autonome de Bissau pour la période Avril-Juin 2012. Les entretiens (total de 56) ont été menées avec des agriculteurs, des commerçants et des hommes d'affaires impliqués dans la production et l'exportation de la noix de cajou ainsi que des représentants du gouvernement, des universitaires et des membres d'ONG travaillant dans le domaine.

Mots-clés: Guinée-Bissau. Développement et Dépendance. Noix de cajou. Institutions Multilatérales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Guiné-Bissau e a logística da pesquisa de campo	27
Figura 2: Mapa da África, ilustrando Guiné-Bissau	35
Figura 3: Guiné-Bissau: Estrutura comercial do suco e da fruta de caju	75
Figura 4: Guiné-Bissau: Estrutura comercial do vinho de caju	75
Figura 5: Guiné- Bissau: Estrutura da comercialização e processamento do caju	77
Gráfico 1: Taxas de crescimento do PIB real em % (1999 a 2011)	47
Gráfico 2: Evolução do PIB em bilhões de Fcfa (2007 a 2012)	48
Gráfico 3: Guiné-Bissau: Estrutura Produtiva – 2011	49
Gráfico 4: Guiné-Bissau: Produto bruto interno valorizado ao preço de 1990	53
Gráfico 5: Guiné-Bissau: Formação bruta do capital fixo	54
Gráfico 6: Guiné-Bissau: Exportação ao preço de 1990	54
Gráfico 7: Guiné-Bissau: Importação ao preço de 1990	55
Gráfico 8: Guiné-Bissau: Balança Comercial	55
Gráfico 9: Quantidade da castanha de caju exportada “in natura” – 1994 a 2011	56
Gráfico 10: Guiné-Bissau: Base tributária (US\$/Toneladas) – 1999 a 2011	59
Gráfico 11: Guiné-Bissau – Distribuição regional da plantação de caju 2011	60
Gráfico 12: Guiné-Bissau: Distribuição dos cajueiros por idade e área cultivada 2011	62
Gráfico 13: Preço anunciado para venda da castanha de caju pelo governo da Guiné-Bissau e o preço praticado pelo produtor – 1999 a 2011 (Fcfa/Kg)	63
Gráfico 14: Análise comparativa do preço da castanha de caju praticado ao produtor – 2008 a 2011 (Fcfa/Kg)	70
Quadro 1: Guiné-Bissau: Resumo histórico – 1430 a 2012	42
Quadro 2: Base tributária	60
Quadro 3: Guiné-Bissau: Associações com atividades ligadas à produção de caju, 2011	66
Quadro 4: Preço anunciado pelo governo e o preço médio praticado ao produtor – 1999 a 2011 (Fcfa/Kg)	69

Quadro 5: Guiné-Bissau: Análise comparativa do preço da castanha de caju ao produtor – 2008 a 2011 (Fcfa/Kg)	70
Quadro 6: Guiné-Bissau – empresas e projetos governamentais mais importantes criados entre 1973 a 1980	72
Quadro 7: Acordos da Guiné-Bissau com o FMI (1984 a 2010)	87
Quadro 8: Relações da Guiné-Bissau com o Banco Mundial (1987 a 2010)	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução econômica da Guiné-Bissau referente aos anos de 1970 a 2007, em bilhões de Fcfa	51
Tabela 2: Exportação da castanha de caju “in natura” de 1994 a 2011	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADI	Associação para Desenvolvimento Internacional
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores
BC	Banco Central
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BP	Banco de Portugal
CAE	Crédito de Ajustamento Estrutural
CCA	Câmara de Comércio e Agricultura
CDE	Centro de Desenvolvimento Empresarial
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CFR	Crédito de Facilidade Rural
CNC	Comissão Nacional de Caju
CPC	Centro de Promoção de Caju
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza
DQP	Documento de Quadro de Parceria
FAE	Facilidade de Ajustamento Estrutural
FARP	Força Armada Revolucionária do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEI	Fundação Guineense para Desenvolvimento Empresarial
GB	Guiné-Bissau
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
ICSID	Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDE	Investimentos Estrangeiros Diretos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	Cooperação Financeira Internacional
IIC	Instituto Internacional de Economia
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censo
INPA	Instituto de Pesquisa Agrícola
IPC	Índice do Preço do Consumidor
MIGA	Agência de Garantias de Investimentos Multilaterais
MFGB	Ministério das Finanças da Guiné-Bissau
NÔ FIANÇA	Organização não Governamental

ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Bruto Interno
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PPACGB	Programa de Pesquisa para Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SMGB	Sistema Meteorológico da Guiné-Bissau
SNV	Organização Holandesa para Desenvolvimento
UEMOA	União Econômica Monetária Oeste Africana
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
2.1 Evolução do Conceito de Desenvolvimento	31
2.2 Guiné-Bissau: Desenvolvimento e Dependência	34
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	35
3.1 Localização Geográfica da República da Guiné-Bissau	35
3.2 A Invasão da Guiné-Bissau	36
3.3 Contextualização Histórica da Guiné-Bissau	37
3.4 Desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau	45
4 O DIAMANTE DA GUINÉ-BISSAU: CADJÚ	56
4.1 Histórico do caju no contexto do desenvolvimento da Guiné-Bissau	57
4.2 Produção do Caju e o seu Impacto Social	61
4.3 As Relações Sociais, Políticas e Econômicas no Contexto do Caju	64
4.4 Industrialização do Caju como forma Alternativa para o Desenvolvimento	72
4.5 Desenvolvimento Empresarial na Guiné-Bissau	78
5 CONSENSO DE WASHINGTON	83
5.1 Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) na Guiné-Bissau	84
5.2 Os Impactos dos Organismos Internacionais na Produção do Caju	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99
OBRAS CONSULTADAS	104
APÊNDICES	105
ANEXOS	116

1 INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho, refletimos sobre alguns dos fatores que condicionam o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau; ainda, analisou-se, em que medida, as políticas adotadas pelo governo guineense relacionadas à produção do caju têm êxito em termos de promoção de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, desde a sua ascensão à independência nacional em 24 de setembro de 1973, tem vivido situações de extrema crise social e econômica no seu processo de desenvolvimento que se traduz na pobreza efetiva da grande maioria da sua população.

Considera-se, o processo de desenvolvimento, elemento chave na composição e no crescimento de um dado país. Com base nesse argumento, analisou-se, aqui neste estudo, o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, a fim de responder às questões sobre as condições econômicas e sociais do mesmo; também foram espelhados fatos relevantes à margem dessas questões, alguns até, muito marcantes no seu processo de desenvolvimento. Assim, para compreender melhor o passado econômico e social da Guiné-Bissau, torna-se importante fazer uma retrospectiva econômica com base em pesquisa bibliográfica e documental em diferentes organismos: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e ONGs - Organizações não governamentais.

No desenvolvimento do trabalho, evidenciaram-se os fatos mais marcantes no desenvolvimento socioeconômico do país, assim como foi aprofundada a sua compreensão e, ao mesmo tempo, apontado para alguns elementos explicativos, no que tange às políticas de investimento e os modelos de desenvolvimento do país no quadro da cooperação internacional, bem como efeitos marcantes na sua economia.

A escolha do tema, 'Desenvolvimento socioeconômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju' surgiu devido à percepção das dificuldades e da precariedade de crescimento do país, e a importância que o caju assume na estrutura produtiva e na pauta de exportação do país.

A análise socioeconômica, baseada nas especificidades de observação e investigação empírica, entende-se ainda pouco desenvolvida, sobretudo na Guiné-Bissau, e isso de certa forma norteou o meu interesse por este tema que considero pertinente à análise socioeconômica da Guiné-Bissau, fornecendo contribuições não só

como acadêmico, mas, acima de tudo, como cidadão e filho da Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau, observa-se, ao longo de décadas problemas de ordem política e militar, ausência de um bom governo, falta de infraestruturas, impossibilidades de cumprimento da ODM – Objetivo do Desenvolvimento do Milênio. Com a conquista da independência em 1973, o país viveu poucos momentos de paz, tendo instabilidade política militar duradoura. Este contexto provocou uma emigração em massa, das pessoas em busca de melhores condições de vida e de educação, a fim de se tornarem técnicos, engenheiros, especialistas, mestres, até doutores, e outros estão nas ruas de Bissau, sem possibilidades de formação nem emprego, enquanto outros vivem nas prisões por delinquências.

Neste estudo tratou-se, do desenvolvimento socioeconômico e a dependência da Guiné-Bissau: caso do caju; o qual nos proporciona uma visão minimalista de como são feitos ou elaboradas as políticas/processo da produção do caju, desde a sua transformação e comercialização, tanto no mercado interno como externo. Faz-se também uma análise sobre os programas de créditos das instituições financeiras internacionais, como o BM e o FMI, os quais aplicam os seus recursos para um suposto desenvolvimento do país, fazendo, assim, uma chamada de atenção aos órgãos competentes sobre as políticas adotadas para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Analisou-se ainda os aspectos econômicos e sociopolíticos relacionados ao universo do caju, conhecendo-se, desta forma, as políticas/trâmites adotadas pelo governo guineense no processo do desenvolvimento socioeconômico e na produção do caju na Guiné-Bissau, entre os agricultores, comerciantes, pequenos empresários, médios empresários e grandes empresários; ainda, avaliar em que medida as propostas e as medidas do FMI e do BM afetam direta ou indiretamente o processo da produção e comercialização do caju e as relações que se estabelecem entre os diferentes segmentos sociais envolvidos neste processo.

A Guiné-Bissau é considerada um dos países menos desenvolvidos do mundo. Segundo os dados da (PNUD), relativamente ao ano de 2011; o país ocupa a posição 175ª num total de 177 países. Um fato relevante a observar dentro dessa analogia, é que o país possui grandes riquezas naturais pouco aproveitadas, caso do fosfato, bauxita, petróleo, diamante, etc. Além desses recursos detidos pelo país, conta, também, com grande gama de recursos agrícolas, como: arroz,

amendoim, milho, feijão, batatas, inhame, cana-de-açúcar, caju e frutas tropicais.

O caju é considerado o “diamante” do país, 30% do PIB advêm da exportação da castanha do caju, representando 47% das receitas das famílias guineenses. Mas, apesar da grande relevância que o caju apresenta para a economia do país e à família guineense, ele é pouco valorizado e as condições de sua produção são muito precárias. O caju significa uma das principais fontes de rendimento da população, sobretudo dos pequenos produtores.

É evidente que a Guiné-Bissau possui condições ideais para a produção tal como não ocorre em relação à industrialização, aspecto que a dissertação inclusive vai colocar como uma das questões a serem analisadas, ou seja, por que não se consegue industrializar a produção, etc. Na verdade, não só é o caju produzido, praticamente, sem *inputs* comprados na maioria dos casos, como também a qualidade da castanha é superior a de muitos outros exportadores e, assim, é capaz de obter um preço superior no mercado internacional, caso este que não acontece.

Baseados nessas constatações, temos como preocupação, além de analisar as relações sociais que se estabelecem no universo da produção da castanha de caju, também verificar em que medida o governo guineense, Banco Mundial e o FMI influenciam ou não, a manutenção do *status quo* no desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, no que se refere à produção, transformação e comercialização, tanto interna como externamente do caju.

Para responder todas as indagações levantadas no trabalho, procurou-se delinear ou definir os procedimentos metodológicos do referido. Entende-se o procedimento metodológico como um conjunto de conhecimentos que permitem a seleção, a organização de estratégias, procedimentos, técnicas e recursos articulados aos objetivos a serem atingidos em um determinado conhecimento (SANTOS, 2005, p. 31).

A investigação aponta para a pesquisa qualitativa e quantitativa como tipo de pesquisa adequada à realização do trabalho, haja vista que o seu desenvolvimento não é reconhecido como definitivo, pois sua modificação ocorre à medida que vai se aprofundando.

No primeiro momento, o trabalho foi realizado a partir de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, especialmente relacionado com materiais do governo da Guiné-Bissau e das instituições multilaterais, além de entrevista a pessoas que ocupam cargos-chaves na área. Posteriormente, realizou uma pesquisa de campo, com visita direta e entrevista semi-estruturada a produtores de caju,

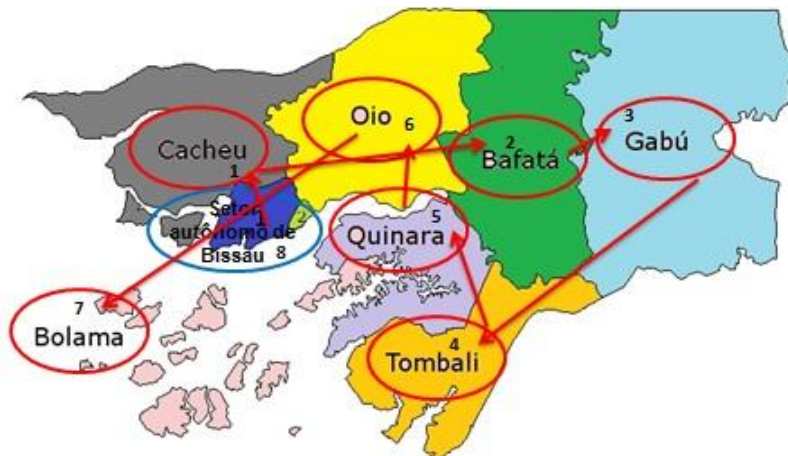
comerciantes, empresários, políticos, acadêmicos, representantes da sociedade civil da Guiné-Bissau e os membros de ONGs que atuam na área.

Entrevistados	Nº
Agricultores ou Produtores	20
Funcionários Públicos	5
Políticos	6
Coordenadores das ONGs	4
Acadêmicos	8
Representantes da Sociedade Civil	1
Comerciantes	8
Empresários	4
Total dos entrevistados 56.	

O tratamento do objeto estudado estabeleceu, a priori, a abordagem do tipo qualitativa e quantitativa, cujas questões da realidade do desenvolvimento econômico e social da Guiné-Bissau foram respondidas através do método dedutivo, a partir da ótica das políticas adotadas pelo governo em relação à produção do caju no processo de desenvolvimento do país. De acordo com o cronograma da pesquisa, a interação no campo, juntos aos entrevistados, deveria ter início no dia 13 de Abril de 2012, estendendo-se até final de Junho do mesmo ano, mas não foi possível devido ao Golpe Militar que assolou o país um dia antes do começo da entrevista (12 de Abril de 2012). Com a situação do Golpe, só foi possível iniciar a interação no campo, a partir do dia 20 de Abril de 2012 encerrada no dia 01 de Julho-2012.

A técnica de coleta de dados foi feita desde as entrevistas e questionários com os agricultores, comerciantes, pequenos, médios e grandes empresários, envolvidos na produção e exportação do caju nas oito regiões do país: Cacheu, Bafatá, Gabú, Quínara, Tombali, Bolama, Oio e o setor autônomo de Bissau. Foi questionada, ainda, a sociedade acadêmica na Guiné-Bissau, bem como os membros do governo, os políticos, coordenadores (a)s das ONGs, os funcionários públicos, os representantes da sociedade civil da Guiné-Bissau (ver fotos no apêndice, p. 107).

Figura 1: Mapa da Guiné-Bissau e a logística da pesquisa de campo.



Fonte: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2010/07/guie-6374-p6764-memoria-dos-lugares-84.html>. Acesso em 10 de Dezembro de 2012. Elaboração própria.

A escolha dos pesquisados deu-se por ordem de importância, quanto ao desenvolvimento das atividades das políticas do governo guineense e pelos produtores do caju que, segundo observações empíricas, aumenta o conflito interno das relações sociais, ou seja, quanto maior o *status quo* na estrutura social.

Ao finalizar as interações no campo entre pesquisado e pesquisador, estabeleceu-se primeiramente um encerramento na coleta de dados, embora, houvesse a necessidade de retornar. Finalmente, buscou-se desenho das questões relativas aos objetivos propostos.

Então, pode-se dizer que o resultado final do estudo consiste numa possibilidade de interpretação e de uma investigação científica a partir da interpretação dos dados pesquisados de um dado contexto.

Vale ressaltar que, em vários momentos, solicitei a gravação da entrevista aos 56 entrevistados, mas não obtive autorização de nenhum deles devido à situação que o país atravessava (Golpe Militar de 12 de abril de 2012).

O contato inicial foi com os agricultores, comerciantes, acadêmicos, pequenos, médios e grandes empresários na Guiné-Bissau, sendo a entrevista feita no local de trabalho dos mesmos, justamente, por causa da situação política do país já citada acima.

Em seguida, foram entrevistados os membros do governo da transição na Guiné-Bissau; os políticos, os coordenadores das ONGs, os funcionários públicos, os representantes da sociedade civil. Salienta-se que não foi possível entrevistar os agentes financeiros internacionais na Guiné-Bissau, devido ao Golpe Militar de 12 de Abril de 2012. Várias vezes tentei entrar em contato com os representantes do FMI e BM na Guiné-Bissau, mas sempre me responderam a mesma coisa: “não podemos conceder entrevista a ninguém, porque o país está sem governo no momento; favor passar aqui e remarcar a sua entrevista só depois da formação do governo”.

Com a situação alarmante que atravessava o país, ficou cada vez mais difícil conseguir a entrevista com os agentes financeiros internacionais, mas, como bom guineense, não desisti. Depois de ter sido formado o governo de transição, lá fui bater, de novo, na porta do FMI e BM, só que desta vez a resposta foi outra “não podemos ser entrevistados, porque o governo de transição é de um ano só e nós não negociamos e nem trabalhamos com governos de um ano. Nesse caso, volte a nos procurar só depois de um ano, quando forem realizadas as eleições presidenciais”.

Durante a realização da pesquisa, já imaginava que não seria nada fácil conseguir os dados num país como a Guiné-Bissau com pouca publicação e acervo bibliográfico; contava com as dificuldades de transporte até os locais da entrevista, etc., mas nunca imaginei que aconteceria um Golpe Militar logo no dia que eu estava viajando.

O referido trabalho apresenta cinco capítulos. Após o capítulo de introdução, o segundo inicia com a fundamentação teórica, principalmente no que tange ao conceito de desenvolvimento, a sua evolução, e o desenvolvimento e dependência da Guiné-Bissau.

O terceiro capítulo foi direcionado a contextualização histórica da República da Guiné-Bissau, desde a sua localização geográfica, a sua invasão pelos portugueses e o desenvolvimento econômico do país, a fim de esclarecer elementos importantes no seu processo de desenvolvimento socioeconômico, o qual constitui o questionamento principal dessa caminhada investigatória.

No quarto capítulo, detive-me à problemática do caju, ao seu histórico no contexto do desenvolvimento da Guiné-Bissau, à produção e ao seu impacto social; às relações sociais, políticas e econômicas no contexto do caju, à sua industrialização como forma alternativa para o desenvolvimento do país, e o desenvolvimento empresarial na Guiné-Bissau.

Já no quinto capítulo, faz-se referência aos organismos multilaterais na Guiné-Bissau no universo do caju; ao programas de ajuste estrutural no país e os seus possíveis impactos na produção do caju e, por fim, ao consenso de *Washington* e ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

O interesse em abordar essas políticas justifica-se no sentido de buscar a compreensão da filosofia aí empregada, aproveitando para conhecer suas experiências a curto, médio e longo prazo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evolução do Conceito de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento se desdobra em múltiplos significados, ao mesmo tempo que implica um processo, um fim e uma série de operações, articulando-se com um conjunto de aspirações humanas. Se fizermos uma retrospectiva histórica ou uma analogia do tempo e de tudo que já foi escrito por vários autores sobre o conceito de desenvolvimento, encontraremos várias interpretações do termo, de acordo com o autor que o aborda.

Como salienta o politólogo Gilbert Rist (1996), o conceito de desenvolvimento abarca múltiplos mecanismos que determinam mudanças no âmbito das sociedades contemporâneas, segundo uma lógica específica de criação de novas estruturas (ou reforço das antigas). Nessa perspectiva, acrescenta Rist, o desenvolvimento corresponde a um conjunto de práticas que, para garantir a reprodução social (sistemas mundiais e existência das sociedades), paradoxalmente, obrigam a transformar e a destruir, de forma generalizada, o meio natural e as relações sociais, com vistas a uma produção crescente de mercadorias (bens e serviços).

De acordo com Levy e Joyal (2011, p. 82-83), “para melhor compreender os fundamentos do desenvolvimento, é preciso considerar o contexto histórico em que operam seus pensadores”. No período posterior a segunda Grande Guerra, os Estados Unidos buscam impor sua liderança, mesclada de hegemonia, com relação à Europa. Tratava-se de limitar, ou até mesmo de eliminar a influência do comunismo na Europa Ocidental, por meio do enfraquecimento do poder da União Soviética. Para visualizar tais condições, lembrarmos da natureza específica e do papel atribuído às organizações nascidas na base dos acordos de *Bretton Woods*¹. O crescimento econômico foi implantado na base do compromisso entre americanos e europeus que se debatiam com ameaças internas e externas, adotando-se a estabilidade monetária por meio de um sistema de câmbio a taxas fixas. Tomou-se o dólar americano como pilar de sustentação das transações internacionais, o que facilitou a dominação do Ocidente por parte da economia americana.

¹ *Bretton Woods* é o nome dado a um acordo de 1944 no qual estiveram 45 países. Foi um instrumento para financiar a reconstrução dos países destruídos durante segunda Guerra Mundial, sobretudo os países da Europa.

Nessa perspectiva, os autores Levy e Joyal (2011), ressaltam que, entre 1945 e 1960, foram elaborados os mais clássicos conceitos sobre o desenvolvimento, majoritariamente, nas grandes universidades americanas (Chicago, Harvard, Cornell, Columbia, Princeton, Madison, Yale, Berkeley, Stanford), em pleno período de macartismo – fato que induziu ao assentamento de um amplo consenso entre os pensadores. Essa “escola da modernização” pretendia fundar, cientificamente, um conceito universal do desenvolvimento. Nas décadas posteriores, contudo, esses conceitos foram glosados por autores das mais diferentes nacionalidades, tais como C. Clark, R. Nurkse, G. Myrdhal, S. Amin, G. A. Frank, Y. Sachs, C. Furtado, para elencar os nomes de alguns entre os inúmeros pensadores, cujas linhas são inscritas num amplo leque que vai do liberalismo ao neomarxismo.

O desenvolvimento deve ser entendido como um processo sustentado de crescimento, maior geração de valores econômicos, mudança estrutural, transformação de bens e serviços, e distribuição de riquezas entre estratos sociais e regiões.

Como afirma Ferraz e Crocco (2002, p. 43), “não é possível entender um processo econômico apenas, através, da análise do comportamento de variáveis econômicas”. Para o mesmo autor, não se trata de focalizar a discussão na correlação de desvios sobre uma trajetória prevista em um modelo, mas deve ser rediscutido o próprio conceito de desenvolvimento.

É bom frisar que há, também, controvérsias entre o conceito de crescimento econômico e desenvolvimento. Este último deve ser encarado como processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.

Sandroni (1994) considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto), acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região, isto é, do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Para Milone (1998), o desenvolvimento econômico deve ser observado ao longo do tempo, assim como a sua variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per

capita², PIB e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Já, Souza (1993), ao fazer a analogia sobre o tema, aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico: a primeira encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto, na segunda, o crescimento é a condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é a suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar³; na segunda, os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que conceituam o crescimento como uma variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

Enfatiza-se que o desenvolvimento é o incremento positivo no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Ao fazer uma análise do desempenho dos indicadores de desenvolvimento do Estado da Guiné-Bissau, nota-se que o problema básico da economia guineense é a falta de crescimento. O grande desafio é que se obtenham taxas de crescimento do produto de forma mais rápida do que as taxas de incremento populacional.

² O termo per capita é utilizado para fazer referência ao peso médio. Isto é, quer dizer que representa o somatório da variável em questão dividido pela população.

³ O modelo de Harrod e Domar engloba três variáveis básicas para explicar o crescimento: taxa de investimento (I), taxa de poupança (S) e relação produto/capital (Y/K). Para esses economistas, a taxa de crescimento do produto (Y') é determinada pela propensão a poupar ($s=S/Y$), que representa a parcela da renda não consumida, que servirá para o financiamento do investimento, multiplicada pela relação marginal produto/capital ($v=DY/DK=DY/DI$), que, por sua vez, representa a variação do produto se aumentar uma unidade adicional de capital.

2.2 Guiné-Bissau: Desenvolvimento e Dependência

O que está em jogo na Guiné-Bissau é a qualidade do crescimento econômico, a qualidade das exportações e importações, a qualidade dos empregos, enfim o estilo do desenvolvimento que está sendo alcançado. No país citado acima, tem havido confusão entre a industrialização com desenvolvimento.

A questão da dependência também merece tratamento e uma re colocação dentro desta análise. Qual seria o estado das relações de dependência no contexto guineense atual? As relações de dependência, no caso guineense, é a subordinação dos centros de decisões de políticas nacionais às orientações produzidas nos países ocidentais, em especial, Portugal.

A dependência é uma categoria estrutural do modo de produção capitalista, que se relaciona intimamente com o processo de reprodução ampliada do capital em âmbito internacional. Assim, a noção dependência, articulada, de forma dialética, entre as relações o sistema de poder interno e do externo, as formações sociais periféricas, assumindo a existência de particularidades (tipos de dependência), resultante das diferentes trajetórias das classes no Continente Africano.

A Guiné-Bissau possui três compradores internacionais da castanha de caju: Índia, Vietnam e Brasil. Diante desta perspectiva não é possível afirmar a superação da dependência apoiando, simplesmente, nas relações comerciais internacionais. É mister considerar o circuito de valorização do capital dentro do cenário internacional, no qual os espaços econômicos nacionais são peças necessárias, mas não suficientes, à compreensão do fenômeno.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

3.1 Localização Geográfica da República da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental da África, delimitada, ao Norte pelo Senegal, pela Guiné-Conakry; ao Sul e ao Oeste pelo Oceano Atlântico.

Figura 2: Mapa da África, ilustrando Guiné-Bissau.



Fonte: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2010/07/guie-6374-p6764-memoria-dos-lugares-84.html>. Acesso em 08 de Dezembro de 2012.
Elaboração própria.

O território administrativo de Guiné-Bissau está dividido, em três províncias centrais – Norte, Leste, Sul e um Setor Autônomo – Bissau. As províncias dividem-se em regiões, que são subdivididas em setores. As regiões são as seguintes: Bissau/Setor Autônomo (a capital é Bissau),

Cachéu (Cachéu), Bafatá (Bafatá), Gabú (Gabú), Tombali (Catió), Quinara (Buba), Oio (Farim), Bolama/Bijagós (Bolama) e Biombo (Quinhamel) (CRUZ, 2007).

O território geográfico guineense compreende: território continental e insular, este denominado Arquipélago dos Bijagós que, por sua vez, é constituído por mais de 40 ilhas, sendo 20 delas habitadas. O país utilizou como moeda: o Peso Guineense, a partir de 1974 e o Franco CFA, após 1997; tem uma superfície de 36.125 km² e uma população de 1.520,830 milhões de habitantes (INEC, 2011).

A porção continental do território de Guiné-Bissau caracteriza-se por uma região semi-pantanososa. Desfruta de baixas planícies com amplos estuários e uma zona interior planáltica pouco elevada. Da região planáltica interior destacam-se os planaltos de Bafatá e o de Gabú que constituem zonas de transição mal definidas conduzindo a dois pequenos planaltos e a zona de colinas onde se registram as maiores altitudes do País – cerca de 300 metros – na região do Boé (CRUZ, 2007).

Inúmeros rios percorrem o território guineense, sobressaindo particularmente, o rio Cacheu, o rio Mansoa e o rio Geba por serem os principais e constituírem as melhores vias de acesso ao interior.

3.2 A Invasão da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau hoje assim chamada, antes da chegada dos portugueses chamada de Bissau, e com a invasão dos portugueses chamada de Guiné Portuguesa, foi invadida em 1446 pelo português Álvaro Fernandes. Após a invasão, foram organizadas diversas expedições de carácter comercial para a costa da cidade de Sousa em 1453, “[...] no ano de 1455, e com os mesmos objetivos mercantis, efetuou-se a primeira viagem do Veneziano Cadamosto que nesse ano não ultrapassou a Gâmbia” (ESTEVES, 1988, p. 21).

Segundo Cardoso; Augel, (1993, p. 37)

[...] Foram cinco razões que teriam levado o Infante D. Henrique na conquista da Guiné: a primeira razão teve a ver com a vontade de conhecer as terras que iam para além das Canárias e do Cabo Bojador; a segunda, por razões comerciais na troca de produtos; a terceira, por dizer-se que o poderio dos “Mouros daquela terra da África era muito maior do que comumente se

pensava”; a quarta, com vista a saber se haveria Rei cristão naquelas paragens; a quinta, a expansão da fé cristã [...].

O Infante D. Henrique foi autorizado pela corte portuguesa a explorar comercialmente as partes de Guiné e o seu sobrinho Infante D. Fernando, o herdeiro deste monopólio. Para estimular a colonização das ilhas de Cabo Verde, conseguiu de D. Afonso V a carta de 12 de Julho de 1466, concedendo aos moradores da ilha de Santiago diversos privilégios, dos quais a de negociar nas terras da Guiné-Bissau, excetuando Arguim, com a promessa de se manter nas terras da Guiné-Bissau.

Segundo Cardoso e Augel (1993, p. 193) “[...] na maior parte pessoas de duvidosa moralidade, pode dizer-se que foram à origem do aparecimento de pequenos núcleos de europeus disseminados por todo o país”, as suas condições de vida nunca foram muito boas, pois estavam sujeitos aos chefes tribais que exerciam sobre eles várias exigências, entre as quais, o pagamento de impostos.

O tráfico de escravos de Guiné-Bissau foi arrendado a particulares, ao mesmo tempo em que os moradores de Santiago tinham plena liberdade para aí negociarem. Apenas se procurava proteger as feitorias da costa e assegurar o comércio de escravo sem haver a preocupação de estender a soberania para além da área necessária ao tráfico. Neste caso, também as rivalidades existentes entre as diversas tribos impediram sempre a formação de uma força capaz de fazer frente aos invasores. Por isso, foi fácil aos portugueses impor o seu domínio e raramente precisaram empregar a violência explorando habilmente as diferenças para governar com reduzidas forças. “Já no final do século XIX alterou este estado de coisas quando o país entrou na decisiva fase de conquista, deixando para trás, a época de uma simples sujeição ao rei português pelo pagamento de um pequeno tributo” (CARDOSO; AUGGEL, 1993, p. 193).

3.3 Contextualização Histórica da Guiné-Bissau

Antes da invasão da Guiné-Bissau pelos portugueses vivia no país uma população constituída por vários grupos etnicamente distintos, com organizações sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas bastante diferenciadas, sem nenhum tipo de desigualdade, quanto à cor, raça, etc...

Pode dizer-se que nenhum grupo étnico do país (Balantas, Fulas, Mandingas, Felupes, Manjacos, Biafadas, Mancanhes, Baiotes, Papeis, Saracolés, Nalus, Djolas, etc.) estava organizado ou centralizado num estado, assim como não havia relações evidentes de dominação entre eles. Os grupos coexistiam de forma um tanto pacífica, em territórios mais ou menos delimitados e com algumas relações de troca, cuja amplitude e natureza variavam segundo os grupos e as áreas.

A população étnica que vivia no país organizava as suas produções de uma forma coletiva, ou seja, a terra era patrimônio de uso coletivo, sem qualquer tipo de distinção étnica, cor, raça, religião, cultura, etc. O trabalho era dividido por sexo, a mulher sempre ficava com as tarefas do lar e os homens na agricultura, exceto na etnia Mandinga onde à mulher é a pessoa responsável pelos afazeres domésticos e os afazeres da agricultura. Dentro dessa analogia vale ressaltar a etnia Papel que atribui a mulher poderes especiais nos afazeres domésticos e na agricultura (mulher que manda em tudo). A população detinha de conhecimentos sobre a natureza que a rodeava, sem qualquer tipo de estudo científico. O sustento da população na época era principalmente baseada na agricultura e pastoril, um pouco de pesca e caça. A terra era explorada uma vez por ano e o plantio era feito sem nenhum tipo de produto químico (CÁ, 2000, p. 3).

O clima da Guiné-Bissau é do tipo tropical úmido, com duas estações anuais: a seca, que vai de Dezembro a Abril – as temperaturas variam entre os 15°C e os 33°C durante a qual a pluviosidade é ocasionalmente; e a das chuvas que se prolonga de meados do mês de Junho ao final de Outubro com temperaturas que variam entre os 20°C e os 8°C. Os meses de Novembro e de Maio são meses de transição (SMGB, 2012).

O espaço geográfico guineense é composto por uma população heterogênea, formada por vários grupos etnicamente distintos, com organizações sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas bastante diferenciadas.

Como já foi mencionado os grupos étnicos no país coexistiam de forma um tanto pacífica antes da invasão dos portugueses, em territórios mais ou menos delimitados e com algumas relações de troca, cuja amplitude e natureza variavam segundo os grupos e as áreas. Após a Conferência de Berlim (1884-1885), Portugal foi autorizado a tornar-se dono de todos os territórios que reivindicara na África. Nessa altura, começam as campanhas militares no sentido de submeter à população da Guiné-Bissau ao domínio direto da administração colonial. A resistência oposta pelos autóctones foi normalmente uma resistência separada de

cada etnia. No entanto, ainda que, pontualmente, ela ocasionou resistências conjugadas de etnias diferentes e, portanto, laços de solidariedade extra grupos que, ainda não se haviam mantido de forma duradoura, contribuindo, certamente, para que se tornassem menos estanques os compartimentos em que cada etnia se encontrava (SANTOS, 1989).

O colonialismo português criou um sistema de exploração na Guiné-Bissau de cobrança de impostos elevados e preços baixos dos produtos dos camponeses, fundamentalmente, amendoim, arroz, inhame e batata doce, pagos em escudo português. Com o sistema implantado, o camponês era obrigado a pagar imposto (evitando assim ser submetido a trabalho forçado), a produzir excedentes importantes que eram todos exportados para Portugal que, por sua vez, enviava mercadorias que eram trocadas pelo excedente restante da produção agrícola. Vale frisar que era proibida a troca dos produtos com outros países ou estabelecer parceria comercial. Os grupos étnicos que viviam na Guiné-Bissau foram obrigados a estabelecer relações de troca mais estreitas, quer através da rede comercial portuguesa quer através dos comerciantes autóctones “Djilas”⁴.

A instalação de uma administração centralizada e de uma rede comercial com criação de infraestrutura indispensáveis (portos, estradas, etc.) à atividade econômica, conjuntamente com a utilização do idioma português como um veículo de comunicação, dificultou o relacionamento entre os grupos étnicos, porque a grande maioria da população só falava o idioma crioulo na época, e não sabiam falar e nem escrever o português.

É nessa ordem que em 1958 aparecem os primeiros nacionalistas e que germina a ideia da oposição organizada e generalizada ao colonialismo português, da independência nacional e da constituição do território da Guiné-Bissau como um Estado soberano.

É neste quadro que surge em 19 de setembro de 1959 o PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde, que se propõe a lutar pela independência nacional e pela transformação socioeconômica profunda das populações da Guiné e Cabo Verde.

⁴ Djilas – em português significa comerciantes ambulantes, aquelas pessoas que não têm um lugar certo para se instalar e vender os seus produtos, eles aceitam qualquer tipo de negócio ou comércio. Entrevista com Coronel Duarte um dos combatentes da liberdade da pátria, agricultor dono de 90 hectares de terra na região de Nhacra (2012).

Abre-se um capítulo importantíssimo no processo da unidade das populações da Guiné-Bissau, já que a luta de libertação nacional, levada a cabo pelo PAIGC, foi um catalisador decisivo na abolição das barreiras existentes que foram semeadas pelos portugueses durante a colonização entre diferentes grupos étnicos.

Segundo Santos (1989, p.194)

O PAIGC durante a luta armada constitui órgãos de todos os níveis e constitui força armadas, procurou evitar a reorganização ou “*etnificação*” da luta. A extrema mobilidade das FARP – Forças Armadas Revolucionária do Povo que, a partir de certa altura, não tinham bases fixas nem regiões de ação delimitadas, e eram constituídas por elementos provenientes de diversos grupos, levou a uma convivência acentuada dos grupos étnicos, dentro da vanguarda da luta.

A luta armada de libertação nacional promoveu certo grau de unidade das populações da Guiné-Bissau em volta de um objetivo comum – a luta contra o colonialismo português e não a luta contra o português. Criaram-se laços de solidariedade e interdependência entre diferentes grupos étnicos, mas ao contrário do que é colocado por alguns autores guineenses, não foi realizada a unidade nacional, nem engendrada a Nação guineense. Foram construídas, sim, as suas bases, os seus fundamentos, os alicerces da Nação e as condições necessárias, mas não suficientes ao seu aparecimento.

Com a luta de libertação Nacional finalizada pela PAIGC, nasce Guiné-Bissau, como Estado independente, resultado de 10 anos de guerra de resistência contra a dominação portuguesa. Após esta guerra de libertação nacional, que durou de 1963 a 1973, o país acedeu à independência, carregando profundas sequelas económicas, infraestruturais, humanas e sociais. Todavia, no contexto internacional em que se inscreve o acesso à independência, que era marcado pelas lutas ideológicas, não favoreceu nem a reconstrução nacional nem a reconciliação. Assim, as depurações que se seguiram à libertação do país acrescentaram, às feridas da própria guerra, os excessos dos vencedores e os ressentimentos dos vencidos (antigos auxiliares locais do sistema colonial) (MONTEIRO, 1996).

A história da Guiné-Bissau, nas quatro últimas décadas, foi marcada essencialmente por episódios violentos. Estes acontecimentos violentos conferiram-lhe características particulares no plano político,

social e cultural, sem mencionar o atraso econômico e a pobreza que são, igualmente, consequências desta história de violência.

A luta pelo poder que marcou os primeiros anos de independência implicou também um longo período de violências. Ou seja, “[...] foi assim que se sucederam vários ciclos de repressão na sequência de denúncias de tentativas de golpes de Estado” (CARDOSO; AUGEL, 1993, p. 120).

O mais importante destes ciclos dizimou uma grande parte da hierarquia militar em 1985 a 1986. Este episódio repressivo, conhecido por ‘Caso 17 de Outubro’, na visão de Cardoso e Augel (1993), influenciou profundamente a evolução posterior do país devido ao seu caráter massivo, repentino e brutal, à sua conotação étnica, ao perfil histórico das suas vítimas, na sua maioria figuras históricas da luta de libertação nacional, à sorte cruel reservada a certas vítimas e ao ressentimento incrustado em largos segmentos da população durante décadas.

Em 1998 eclodiu a maior das crises de violência, conhecida como a ‘Guerra de 7 de Junho’. Ela durou 11 meses, pondo frente a frente quase todos os antigos companheiros de armas num conflito que se estendeu até 7 de Maio de 1999. Esta crise político-militar, jamais igualada na história de Guiné-Bissau independente, provocou a maior sedimentação de ódio e de ressentimento entre os guineenses. Ela deixou sequelas profundas, destruindo as infraestruturas, fazendo milhares de mortos cujo balanço continua até hoje incerto, interrompendo o impulso que o país começava a tomar em direção a um novo crescimento econômico após longos anos de maus desempenhos, aprofundando a miséria, dilacerando o tecido social, promovendo ao primeiro plano os militares como atores políticos incontornáveis, dividindo as forças de defesa e segurança em facções opostas, debilitando fortemente as instituições do Estado e instalando de maneira crônica a instabilidade política como resultado de todo este processo de decomposição do aparelho do Estado, da economia e da sociedade (VOZ DI PAZ, 2007-2010).

Na sequência desta guerra, outros episódios violentos sucederam-se como repercussões da guerra de 7 de Junho de 1998 a 7 de Maio de 1999. O período 2000 a 2012, com efeito, caracterizaram-se por uma longa sucessão de sobressaltos político-militares, golpes de Estado e tentativas de golpe de Estado, desordem, disputas eleitorais com intrusão da ameaça militar. Este rol de acontecimentos violentos

transformou o país num foco de instabilidade crônica (VOZ DI PAZ, 2007-2010).

Quadro 1: Guiné-Bissau: Resumo histórico – 1430 a 2012.

Ano	Mês	Acontecimento	Política	Economia
1430		Chegada dos Fulas em Gabú/Guiné-Bissau	Comércio	
1446		Invasão da Guiné-Bissau pelos Portugueses	Explorar e dominar o povo guineense	Terra, Venda de escravos, etc...
1840		Luta entre os Fulas e os Mandingas	Derrubar o Rei (Mansa) Mandinga	Agricultura, Caça, etc...
1959	3 de Agosto	Massacre de Pindjiquiti		
	19 de Setembro	Mobilização dos guineenses para luta	Criação do PAIGC	
1963	Janeiro		Início da luta pela Independência	
1973	20 de Janeiro	Morte de Amílcar Cabral, um dos 5 fundadores do PAIGC		
	30 de Janeiro	Morte de Titina Silá, uma das maiores combatente da Liberdade da Pátria		
	24 de Setembro	Fim da guerra contra os invasores portugueses	Proclamação da Guiné-Portuguesa para República da Guiné-Bissau	
			Início do primeiro governo guineense presidido por Luís Cabral	
1976	10 de		Fuzilamento de	PIB =

	Março		figuras do Estado em Canchungo	15.713,84 bilhões pesos guineenses
1979		Primeira exportação da Castanha de Caju	Abertura do mercado para o exterior	PIB = 29.755,99 bilhões de pesos guineenses
1980	14 de Novembro	Derrubada de Luís Cabral, presidente na época	Golpe de Estado	PIB = 20.955,62 bilhões de pesos guineenses
	14 de Novembro		Início do 2º governo da GB, presidido pelo Nino Vieira	
1984		Acordo entre governo da Guiné-Bissau e FMI		
1985	17 de Outubro		Fuzilamento de figuras do Estado no Mato de Metem	
1986	17 de Outubro		Espancamento dos antigos combatentes da liberdade da pátria pelo governo	
1987		Acordo entre governo da Guiné-Bissau e BM		
1994		Abertura Democrática na Guiné-Bissau	Realização da 1º eleição democrática	
	29 de Setembro		Nino Vieira 1º presidente a ser eleito democraticamente na Guiné-Bissau	
1997	1 de Maio		Adesão da Guiné-Bissau a UEMOA	
1998	7 de	Início da guerra		PIB =

	Junho	civil		28.445,27 bilhões de Fcfa
1999	7 de Maio	Fim da guerra civil	Derrubado Nino Viera, presidente da Guiné-Bissau	PIB = 9.089,01 bilhões de Fcfa
	14 de Maio		Malam Bacai assume o governo interinamente	
2000	17 de Fevereiro	Fim do Governo interino	Eleições Presidenciais	
			Kumba Yalá eleito democraticamente o novo presidente da Guiné-Bissau	
2003	14 de Setembro	Derrubada de Kumba Yalá	Golpe de Estado	
	28 de Setembro	Henrique Rosa assume o governo por dois anos	Governo Interino	
2005			Fim do governo Interino	
	1 de Outubro	Eleições presidenciais	Nino Vieira eleito presidente depois de ter ficado 6 anos de asilo político em Lisboa	
2009	2 de Março	Nino Vieira volta a ser derrubado. É morto e esquartejado.	Golpe de Estado	
	28 de Junho	Eleições presidenciais	Malam Bacai eleito novo presidente	

2010	1 de Abril	Sequestro do 1º Ministro Carlos Gomes Junior		
2011	26 de Dezembro	Prisão do Contra Almirante Bubo N'tchuto		
2012	9 de Janeiro	Morre Malam Bacai presidente da República da Guiné-Bissau vítima de diabete		
		O presidente da ANP, Raimundo Pereira assume o País, segundo a constituição	Governo Interino	
			Eleições Presidenciais. Dá segundo turno entre Carlos Gomes Junior e Kumba yalá	
	12 de Abril	Golpe de Estado	Não foi possível realizar o 2º turno das eleições	
	11 de Maio	Serifo Nhamadjo assume o País	Governo de Transição	
	26 de Outubro	Tentativa fracassada de contra Golpe		

Fonte: Autoria Própria (2012).

3.4 Desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau

Segundo os dados do PNUD, relativamente ao ano de 2011, no Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) a Guiné-Bissau se encontra na antepenúltima posição (175ª) num conjunto de 177 países. Classificado de país de Desenvolvimento Humano baixo, só está à frente de Burkina Faso e de Serra Leoa, os últimos do ranking. Pelo Índice da Pobreza Humana, é o 9º país mais pobre do mundo no conjunto de 108 países. No ranking decrescente, está na posição 99. É muito difícil nesta

situação que o país tenha um bom desenvolvimento econômico (PNUD, 2011). A maioria da sua população vive na pobreza absoluta e as elites governamentais não fazem nada para melhorar a situação, porque quanto mais pobre é a população, mais valia para eles nas urnas.

A herança colonial, a prolongada luta pela liberação nacional, além de algumas medidas econômicas descabidas tomadas depois da independência do Estado de Guiné-Bissau, deixou grande marcas ainda visível num quadro de economia difícil (CARVALHO, 2007).

Entre 1997 e 1999 o país experimentou um crescimento da ordem de 4,5%. O setor que mais se desenvolveu foi à agricultura, com um crescimento anual de 5%. A maior performance deste setor verificou-se em 1997, quando alcançou 8,8%. As exportações tinham também elevado o seu nível graças ao aumento do preço da castanha de caju (MFGB, 2011).

Nos anos 1998 a 1999, o setor agrícola foi seriamente comprometido pela guerra civil e pelas más condições climáticas. O déficit e a má distribuição das chuvas prejudicaram a cultura de arroz no sul do país. Também a produção de cereais por habitante, calculada em aproximadamente 123 kg em 1990, caiu para 95 kg em 2000. O déficit cerealífero total continua sendo superior a 32.000 toneladas por ano (CCA, 2010).

A economia de Guiné-Bissau é definida como sendo de dependência acentuada na agricultura. Os cálculos antecipados apontavam que para o ano de 1999 a 2003, circulariam produtos em torno de 7,1% por PIB, 5,1% para o PNB per capita e 4,5% para exportações de produtos e também serviços. Necessário se torna, no momento, enfatizar que “[...] o PIB por habitantes, que era de 213 dólares em 1995, foi sofrendo uma diminuição a partir de 1998, devido a guerra civil” (CARVALHO, 2007, p. 257).

Segundo os dados coletados durante a pesquisa de campo no ministério das finanças da Guiné-Bissau (2012) “[...] a dívida do país experimentou um aumento muito rápido, que havia ultrapassado o montante de US\$ 702,71 milhões em 1992, passou para US\$ 866,75 milhões em 1999”. Provém principalmente dos empréstimos contraídos pelo governo para financiar os projetos de desenvolvimento, representando aproximadamente 400% do PIB, constituindo um dos maiores entraves ao crescimento econômico do país (Guiné-Bissau).

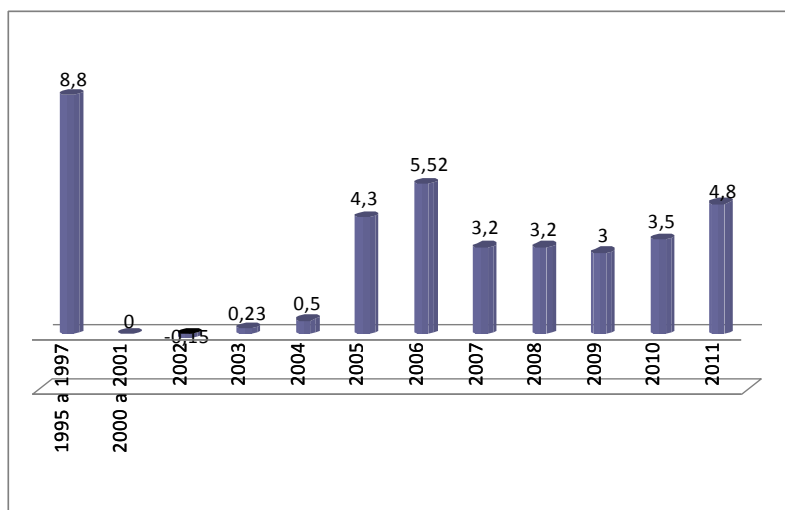
O país atualmente faz parte de um programa de redução substancial da sua dívida externa no quadro da iniciativa dos países pobres e bastante endividados, sob a modalidade de reserva de execução

de políticas tendentes a reduzir a pobreza (entrevista com o Ministro das Finanças, 2012).

A Guiné-Bissau é a segunda economia com pior desempenho econômico num só ano em toda África Sub – saariana, registrada na década de noventa; logo a seguir, Ruanda com uma queda de 50% em 1994; nessa época, foi assolada por um conflito militar ou étnico, designado por genocídio de Ruanda⁵. Segundo Seide (2006), quer num caso como noutro, nestas duas economias foram os fatores externos que condicionaram as recessões verificadas e não os endógenos do próprio sistema econômico respectivamente.

A atividade econômica da Guiné-Bissau foi marcada por constantes retrocessos, como se pode ver, no gráfico, as taxas de crescimentos do PIB real.

Gráfico 1: Taxas de crescimento do PIB real em % (1999 a 2011).

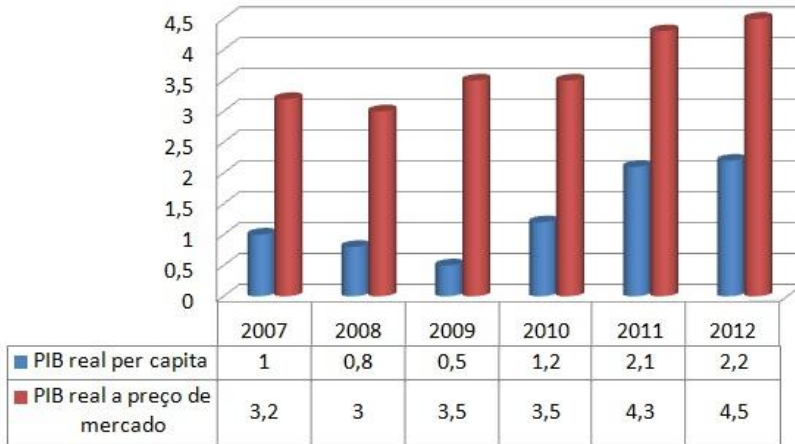


Fonte: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau (2011).

Elaboração própria

⁵ Genocídio de Ruanda foi o massacre entre duas etnias ruandesas, perpetradas por extremistas Hutus contra Tutsis e Hutus moderados entre 06 de Abril e 04 de Julho de 1994.

Gráfico 2: Evolução do PIB em bilhões de Fcfa (2007 a 2012).

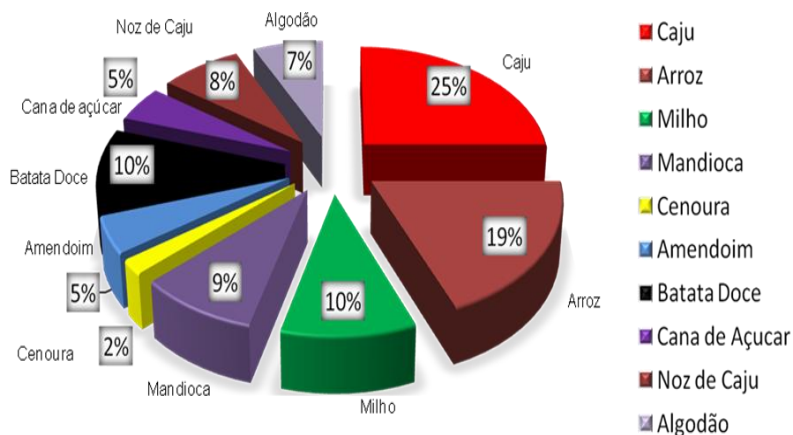


Fonte: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau (2011).
Elaboração Própria.

Ao fazer a leitura do primeiro gráfico, permite ter uma idéia de como o crescimento econômico da Guiné-Bissau oscila ao longo do período de (1995 a 2011). Todas essas oscilações provêm das quebras do setor agrícola, onde há dois fatores muito importantes que o condicionaram nos últimos anos: a seca ou preços dos bens e o conflito político militar de (1998 a 1999), os sobressaltos ou instabilidades político militar que têm assolado o país.

Segundo Carvalho (2007, p. 255), “[...] as principais culturas cerealíferas são arroz (30% das terras cultivadas), o milho, sorgo e milho-miúdo”. Os outros cultivos são a mandioca, cenoura, amendoim (mancara), batata-doce, inhame, cana-de-açúcar, noz de caju, sumaúma, gergelim e algodão. Tais produtos poderão vir a ocupar um lugar de destaque na exportação, como o caju (CARVALHO, 2007).

Gráfico 3: Guiné-Bissau: Estrutura Produtiva - 2011.



Fonte: Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2011). Elaboração própria.

No ano 2007, o Produto Interno Bruto real é de 282 milhões de Fcfa contra 314 milhões de Fcfa registrados em 1997. Pode concluir-se através da análise feita por Seidi (2006, p. 4), que:

Passados dez anos o nível do PIB real de 97 não foi atingido, o volume de produção em 1997 é comparativamente superior ao que se produziu em 1998, 1999 até 2007, e a atividade econômica era mais intensa nos anos que antecederam à guerra de 98.

O crescimento econômico é um fator importante no processo de desenvolvimento socioeconômico de um país. Outro fator importante no desenvolvimento de um país são os investimentos, as expectativas e a confiança empresarial. É arriscado investir na Guiné-Bissau, havendo forte possibilidade de o país entrar numa guerra civil ou num outro golpe de Estado e Militar, sem contar com a falta de garantias da defesa da propriedade privada. As empresas, numa análise racional e técnica, dependem muito esforço para analisar os investimentos e tentar reduzir as incertezas. Só o FMI já “investiu”, entre 1984/2010, um montante de US\$ 61,28 milhões, e o Banco Mundial tem “investido”, entre

1987/2010, US\$ 366,6 milhões. Os acontecimentos, de Março a Junho de 2009 (assassinato de iminentes figuras do Estado) na Guiné-Bissau, quiçá poderão ter efeitos na economia em curto e também em longo prazo, tal como ainda se assiste ao impacto negativo dos acontecimentos de 7 de Junho de 1998 a 7 de Maio de 1999.

Na base dessa colocação e de diálogo com Grellet, o país tem sido dominado pelo paradigma da introversão, que se distingue em quatro postulados fundamentais enquadradas com as políticas económicas para o desenvolvimento, implantado no período pós-independência (toda década de setenta até a segunda metade de oitenta); o primeiro postulado é colocado pelo autor, como: o desenvolvimento das nações depende, sobretudo, da sua capacidade em romper os laços de dependência com o mercado mundial. O segundo, a pobreza das nações resulta da insuficiência da oferta global e não da procura global, o que conduz a sublinhar a capacidade de acumulação dos fatores de produção e a importância da utilização das tecnologias. Já, no terceiro postulado, ele ressalta que o mercado não favorece, espontaneamente, a acumulação e alocação dos fatores de produção, sendo necessária a intervenção ativa do Estado. Quarto e último postulado, segundo Grellet (1992), o verdadeiro setor portador de desenvolvimento é o setor industrial, sendo, desde logo, a agricultura e os serviços relegados para o plano secundário, quando não completamente abandonados (GRELLET, 1992).

As prioridades da Guiné-Bissau foram definidas no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), apresentado pelo Governo ao BM e o FMI, durante uma Mesa Redonda realizada em Genebra (7 e 8 de Novembro de 2006), e adotadas pelo Parlamento em 2007. Segundo o documento, seu objetivo central de redução de metade da pobreza no horizonte 2015 é ambicioso, e o seu custo elevado. O DENARP tem, como prioridade, numa perspectiva de reconstrução pós-conflito, “a edificação de um Estado de Direito e a restauração do quadro macroeconómico, “[...] o crescimento económico, a criação de empregos e a valorização do capital humano, a construção de infraestruturas de base e a proteção dos grupos mais vulneráveis”. Esta política de desenvolvimento determina uma estratégia ambiciosa de redução da pobreza. O outro desafio para o Governo é a definição, dentro deste programa de desenvolvimento, de prioridades de curto prazo, apoiadas por recursos financeiros (FRANÇA – GUINÉ-BISSAU, 2008-2012).

No âmbito do DENARP, o Governo iniciou com reformas para restaurar o quadro macroeconómico e realçar as finanças públicas. Um

plano de saneamento de emergência foi lançado para aumentar as receitas fiscais e melhorar o controle da despesa pública. Estas medidas permitiram liquidar grande parte dos atrasos salariais. Além disso, o Governo preparou com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) um plano operacional de emergência de luta contra o tráfico de narcótico. Por último, após a apresentação de um programa muito ambicioso durante a Mesa redonda de Genebra, a reforma do setor de segurança (processo integrado referente às forças armadas, à polícia, à justiça e aos antigos combatentes) começou seguramente no início do ano 2008, com o recenseamento dos efetivos em causa (FRANÇA – GUINÉ-BISSAU, 2008-2012).

Tabela 1: Evolução econômica da Guiné-Bissau referente aos anos de 1970 a 2007, em bilhões de Fcfa.

	PIBR90	FBCF	EXP90	IMP90	BC
1970	129.663,86	32.573,51	7.585,96	57.336,88	-49.750,92
1971	124.592,76	27.426,70	7.300,83	57.963,92	-50.663,09
1972	132.535,37	23.599,54	7.958,67	63.725,91	-55.767,24
1973	134.006,38	19.272,43	10.941,95	64.632,34	-53.690,39
1974	140.116,03	15.046,94	9.660,93	60.562,84	-50.901,91
1975	151.108,98	14.317,60	15.150,50	45.854,46	-30.703,96
1976	158.578,98	15.713,84	12.641,37	40.280,78	-27.639,41
1977	147.208,76	18.149,41	15.430,27	39.996,34	-24.566,07
1978	166.531,43	24.034,84	14.037,07	39.568,07	-25.530,99
1979	169.852,31	29.755,99	14.037,07	40.431,48	-26.394,41
1980	142.756,36	20.955,62	17.385,21	38.709,37	-21.324,17
1981	168.691,67	17.498,89	12.460,21	35.996,23	-23.536,02
1982	175.776,86	22.416,52	11.152,41	49.961,92	-38.809,51
1983	169.803,44	21.742,75	10.326,64	47.913,80	-37.587,15
1984	185.271,24	22.577,71	9.993,63	55.368,27	-45.374,61
1985	192.990,54	25.927,73	7.236,87	56.976,56	-49.739,69
1986	191.458,50	21.505,32	7.209,13	50.389,31	-43.180,18
1987	202.259,69	25.696,40	24.108,69	72.943,31	-48.834,63
1988	216.219,74	35.130,33	22.830,54	93.649,60	-70.819,06
1989	225.944,90	32.772,42	25.484,65	89.778,40	-64.293,75
1990	233.403,85	32.279,75	28.008,33	91.027,66	-63.019,32
1991	240.398,15	32.705,96	29.808,17	92.654,69	-62.846,52
1992	241.541,90	79.659,52	8.777,60	50.472,58	-41.694,90
1993	237.452,39	52.456,31	13.424,28	37.854,44	-24.430,16
1994	240.735,40	38.628,31	26.611,49	37.173,05	-10.561,56

1995	251.539,99	39.620,26	20.756,96	34.570,94	-13.813,98
1996	280.991,97	43.046,55	19.553,06	32.496,70	-12.943,63
1997	312.423,83	43.449,27	42.156,40	42.148,21	0.00819,12
1998	225.929,82	28.445,43	26.432,06	31.147,51	-4.715,45
1999	241.940,51	32.177,44	43.216,42	39.557,35	3.659,06
2000	258.378,91	33.786,32	54.279,84	53.679,32	0.600,52
2001	260.916,11	36.651,72	56.342,47	51.854,22	4.488,25
2002	242.663,41	22.661,85	56.004,41	44.335,37	11.669,04
2003	243.297,94	23.890,56	60.484,76	40.788,52	19.696,24
2004	249.362,43	26.039,58	62.964,65	43.725,30	19.239,35
2005	258.099,24	29.812,19	66.112,88	47.004,70	19.108,18
2006	272.357,15	35.467,48	69.112,88	51.705,19	17.779,44
2007	280.068,33	32.705,15	71.304,04	51.103,55	20.200,49

PIB90 – Produto Bruto Interno Valorizado ao preço de 1990

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixa

EXP90 – Exportação ao preço de 1990

IMP90 – Importação ao preço de 1990

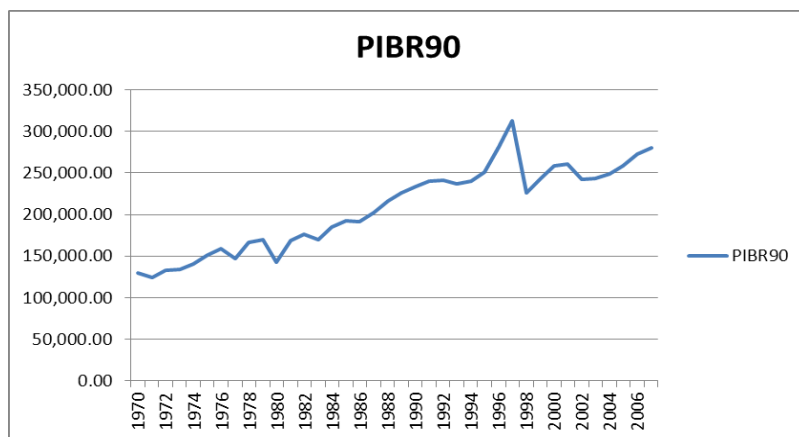
BC – Balança Comercial

Fonte: Nações Unidas (2007).

O que se pode observar em relação ao PIB (a preços de 1990) é que ele cresceu de maneira mais ou menos constante (com alguma pequena variação em alguns anos) até 1997, quando chega ao maior patamar, que coincide com o período democrático de 95-97. O PIB de 1996 e 1997 são os mais altos do período (até 2007). Há uma queda forte em 1998 (guerra civil) e começa a se recuperar em 1999 e em 2000 já alcança um patamar superior a 1995 e 2007 está no mesmo patamar de 1995. É super importante avaliar o comportamento das exportações/importações e portanto a balança comercial no período. O se pode constatar? Durante o governo Cabral, ocorre uma grande redução do déficit da balança comercial, que era em 1972 de 55,7 para 21,3. No meu ponto de vista, este é um fato muito importante. Em que medida pode ter sido um dos fatores a contribuir para que fosse derrubado é uma questão a ser investigada. O que se constata é que, logo após o golpe de estado, o déficit comercial começou a subir de forma acelerada, alcançando seu ponto mais alto em 1988 (70,8) – mais que duplicou em apenas quatro anos, e então se entende que tenha que recorrer ao FMI – e alcançou 3,3 vezes mais que o último governo de Cabral.

Mas o que mais chama a atenção ainda é que já em 1999 (fim da guerra civil), o valor das exportações alcançou um valor altíssimo comparado com o ano anterior (início da guerra civil) e a partir daí tenha tido um crescimento constante, até 2007 e que a balança comercial passou a ter saldos positivos crescentes, o que já começou a se observar em 1997, durante o período democrático. Nesta direção pode-se constatar que é no período pós-guerra civil que Guiné-Bissau passou a ter um saldo favorável em sua relação comercial com o mundo. Devemos analisar o contexto internacional de valorização dos produtos de exportação do país na década de 2000 e mudanças em sua pauta de importação, os gráficos a seguir ajudam a compreender melhor.

Gráfico 4: Guiné-Bissau: Produto bruto interno valorizado ao preço de 1990.



Fonte: Nações Unidas (2007). Elaboração Própria.

Gráfico 5: Guiné-Bissau: Formação bruta do capital fixo.

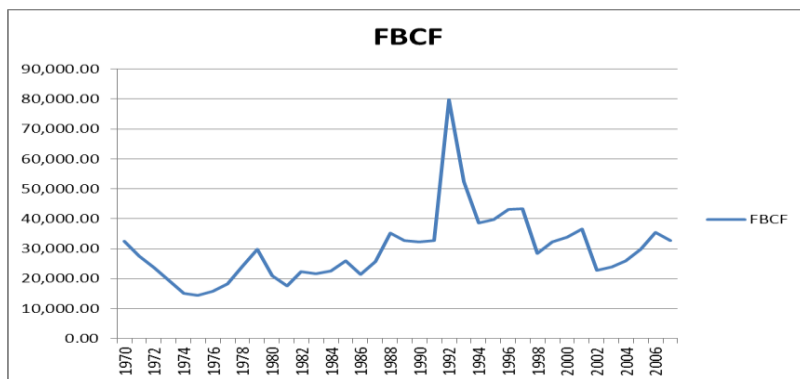
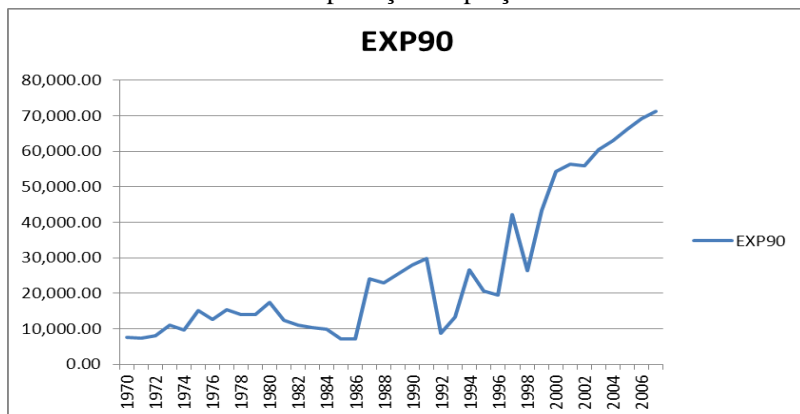
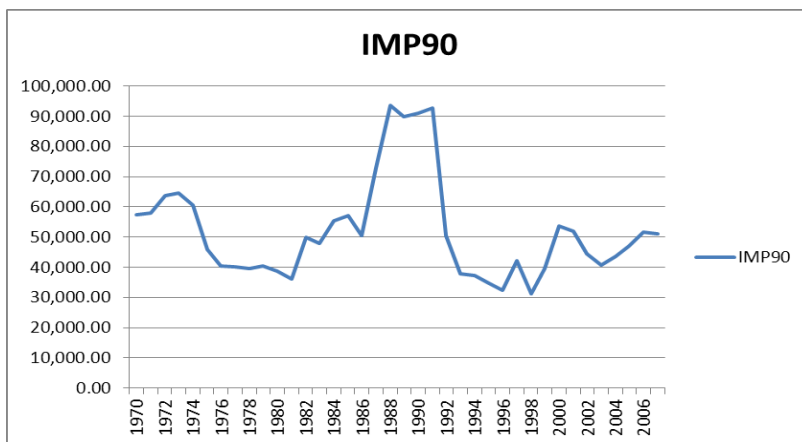


Gráfico 6: Guiné-Bissau: Exportação ao preço de 1990.



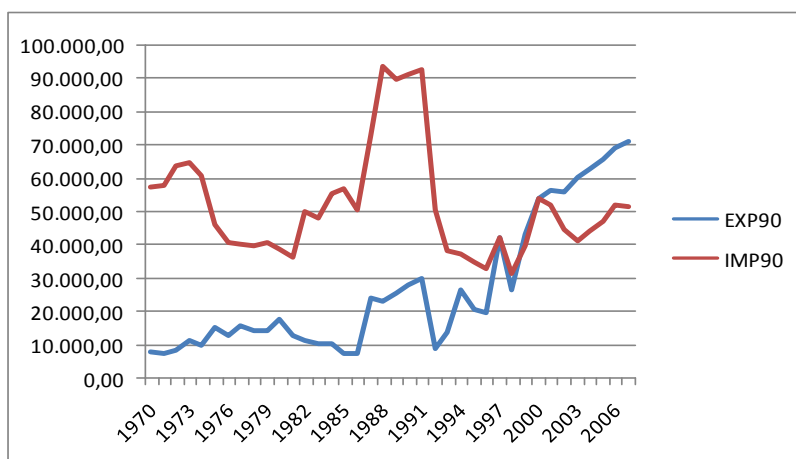
Fonte: Nações Unidas (2007). Elaboração Própria.

Gráfico 7: Guiné-Bissau: Importação ao preço de 1990.



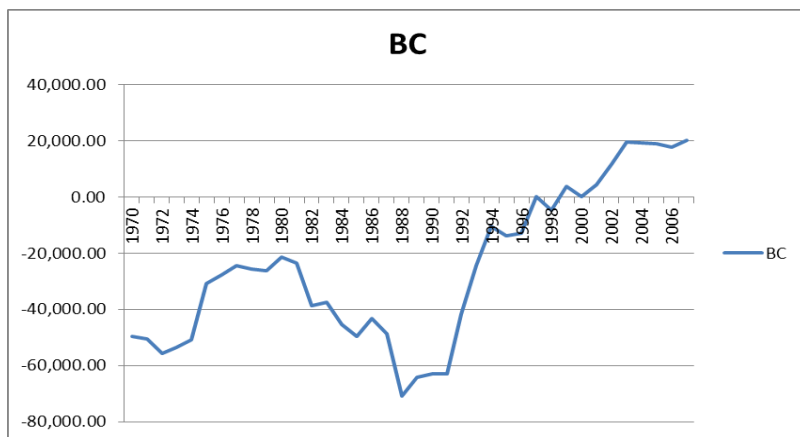
Fonte: Nações Unidas (2007). Elaboração Própria.

Gráfico 8: Guiné-Bissau: Análise comparativa entre a Exportação ao preço de 1990 e Importação ao preço de 1990.



Fonte: Nações Unidas (2007). Elaboração Própria.

Gráfico 9: Guiné-Bissau: Balança Comercial.



Fonte: Nações Unidas (2007). Elaboração Própria.

4 O DIAMANTE DA GUINÉ-BISSAU: CADJÚ⁶

Na Guiné-Bissau, quando se fala do ouro, marfim, cobre e prata, todos se referem ao caju como sendo um produto de mais valia em termos de recursos naturais que o país possui; há quem o considere como sendo o diamante do país.

O caju é considerado o recurso comercial mais importante da Guiné Bissau. Na realidade, o grau de dependência em relação às exportações do caju é mesmo superior à dependência das exportações da maioria dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Este fato levou muitos observadores a sugerir promoção da diversificação relativamente ao caju, como um objetivo primário de qualquer esforço de produção comercial. Independentemente de quão louvável a diversificação possa ser, constitui um objetivo válido, não só para aumentar os rendimentos, mas, também, para reduzir as características de risco das receitas das exportações. É impossível alcançar o sucesso alargado nas exportações sem alto grau de sucesso no setor de caju.

4.1 Histórico do caju no contexto do desenvolvimento da Guiné-Bissau

Antes da proclamação da independência, o caju era explorado (comercializado, produzido) somente pelos colonizadores portugueses. O Estado guineense só começou a explorá-lo depois da proclamação da Independência do país, em 24 de setembro de 1973, no governo do Luís de Almeida Cabral, o primeiro presidente do país. Cabral criou projetos para a exploração e produção (transformação e comercialização, tanto no mercado interno como externo); mas, infelizmente, teve pouco sucesso, porque acabou sendo derrubado em 14 de Novembro de 1980, por João Bernardo Vieira Nino⁷.

O caju, apesar de ser considerado o ouro, diamante, prata e cobre da Guiné-Bissau, nunca lhe foi dado o valor merecido pelo Estado guineense; sendo, os produtores desvalorizados e considerados incapazes para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do país.

⁶ Cadjú é o nome que se chama caju na Guiné-Bissau.

⁷ Nino foi um dos Combatentes da Luta pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, ele alegava que a Guiné-Bissau não precisava de indústrias para se desenvolver; na visão dele, os projetos de Cabral afundariam o país no futuro.

Vale frisar que a Guiné-Bissau é um país tropical, com uma superfície de 36.125 km², ocupando a quinta posição no ranking mundial, terceiro no continente africano e primeiro na Costa Ocidental da África na produção do caju. A plantação dos cajueiros cobre, atualmente, 180.000 hectares no país, considerando-se que há grande tendência de crescimento de 4% a cada ano (INEC, 2009).

Segundo a entrevista com o presidente da Comissão Nacional do Caju - CNC, a exportação de caju no final dos anos setenta (1979) alcançou 1.200 toneladas. A partir disso passe a analisar os dados da tabela 2.

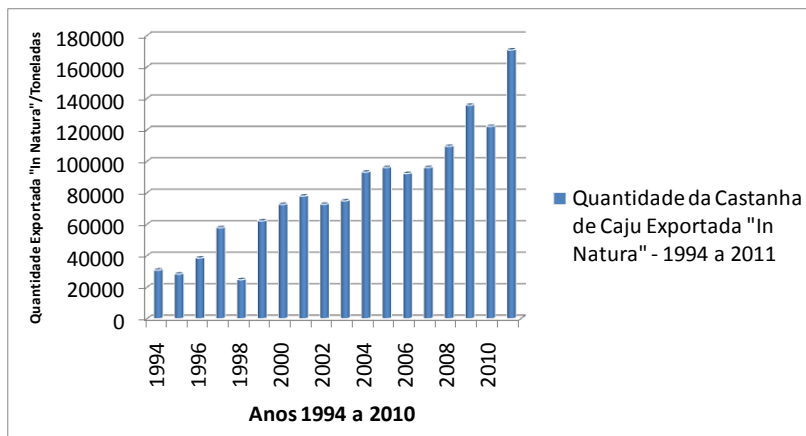
Tabela 2: Exportação da castanha de caju “in natura” de 1994 a 2011.

ANO	Exportação da Castanha de Caju "In Natura" Toneladas	Participação (total exportado no período) % (T)	Variação % (T)
1994	30.961	2,1%	
1995	28.383	1,9%	-8.32
1996	38.580	2,6%	35.92
1997	57.870	4,0%	50.00
1998	24.818	1,7%	57.11
1999	62.224	4,3%	150.72
2000	72.720	5,0%	16.86
2001	78.000	5,4%	7.26
2002	72.800	5,0%	6.66
2003	75.000	5,1%	3.02
2004	93.200	6,4%	24.26
2005	96.100	6,6%	3.11
2006	92.300	6,3%	3.95
2007	96.117	6,6%	4.13
2008	109.618,68	7,5%	14.04
2009	135.707,49	9,3%	23.79
2010	122.248,58	8,4%	9.91
2011	170.869,86	11,7%	39.77
Total	1.457.517,61	100%	

Fonte: CNC, 2011. Elaboração Própria.

O que fica claro da análise desses dados é o crescimento do volume exportado ao longo do período (com exceção do ano de 1998, começo da guerra civil. No ano em que a guerra acabou 1999, as exportações foram altíssimas em termos comparativos aos anos anteriores.

Gráfico 10: Quantidade da castanha de caju exportada “in natura” – 1994 a 2011.



Fonte: CNC, 2011. Elaboração Própria

Em 2011, considerado por muitos entrevistados o melhor ano da produção do caju (colheita, secagem, armazenamento, transformação, comercialização, tanto no mercado interno como externo), o país produziu cerca de 175.000 toneladas de castanha de caju e 1.353.000 toneladas de pedúnculo ou pêra de caju. Levando em conta esta produção, 98% dela é exportada e 2% para consumo interno. O que representa 17% das receitas fiscais totais do país.

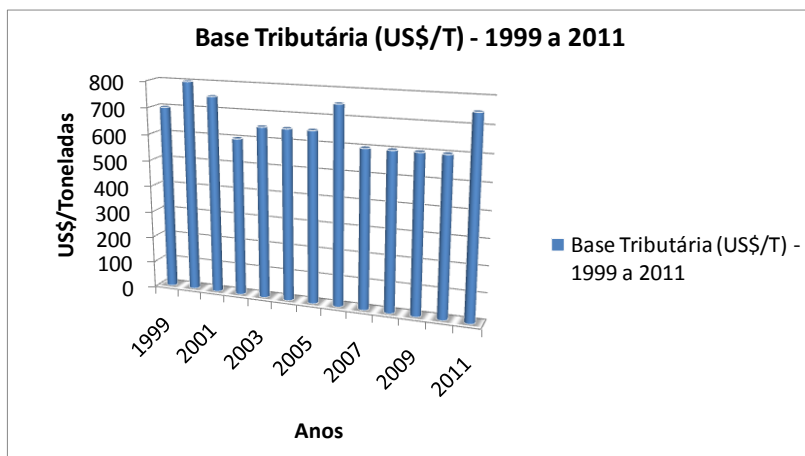
Na sequência dessa produção, o Governo guineense decidiu liberar o preço ao produtor; criou facilidade para o escoamento do produto do interior do país para Bissau; condições à entrada de mais empresas na cadeia de comercialização do caju, mantendo a base tributária de 600 US\$ por tonelada sobre a exportação.

Quadro 2: Base tributária.

Ano	Base Tributária (US\$/T)
1999	700
2000	800
2001	750
2002	600
2003	650
2004	650
2005	650
2006	750
2007	600
2008	600
2009	600
2010	600
2011	750

Fonte: CNC, 2011.

Gráfico 11: Guiné-Bissau: Base tributária (US\$/Toneladas) – 1999 a 2011.



Fonte: CNC, 2011. Elaboração Própria.

4.2 Produção do Caju e o seu Impacto Social

O caju é o bem mais produzido na Guiné-Bissau; estima-se que a sua produção cobre perto de 4,84% do território nacional. Segundo o documento da União Europeia (2010), cada guineense produz uma média de mais de 53 kg de caju bruto por ano. A maioria das famílias tem, pelo menos, algumas árvores ou terras de caju. Calcula-se que a área de caju esteja a aumentar à taxa de 4% por ano, embora a produção cresça à taxa de 10%, devido ao fato de muitas árvores recentemente plantadas somente a atingirem os seus períodos de maior produtividade atualmente.

As pequenas unidades agrícolas representam cerca de 80% das plantações de caju, com o tamanho médio de uma plantação de pequeno agricultor. O plantio do caju, no país, é feito de forma muito precária, devido à falta de formação e conhecimento dos agricultores, assim como a sua colheita que acompanha a precariedade, o que muitas das vezes dificulta o amadurecimento e o crescimento dos cajueiros.

Os cajueiros são semeados diretamente, usando sementes e espaçamento ao acaso. Vale salientar que a Guiné-Bissau é o único país, dos produtores de caju, que não utiliza nenhum tipo de agrotóxico na plantação dos cajueiros. Os dados mostram bem claramente que desde a antiguidade e até os dias atuais, não foram utilizados ainda os agrotóxicos, no melhoramento genético do material de plantação ou do potencial produtivo do caju em todo o território nacional, fato este lhe proporciona larga vantagem em relação aos outros países produtores.

As práticas agrícolas são difíceis, com pouca ou nenhuma poda de árvores. Apesar disso, os rendimentos de 500-600 kg/habitante parecem ser relativamente aceitáveis, comparáveis aos da Índia e Brasil (embora longe do que se alcançou no Vietnã). As técnicas de colheita e pós-colheita são, muitas vezes, inadequadas (colheita prematura, secagem, manuseamento e armazenamento), o que gera perdas de quantidade e qualidade da castanha. “Os cajueiros são semeados diretamente, usando sementes e espaçamentos de 1 metro entre uma árvore e outra, onde o ideal seria a distância de 3 metros de uma para outra” (entrevista com a responsável do departamento de caju da SNV, 2010).

No olhar do presidente da Associação Nacional dos Agricultores – ANAG, os pequenos agricultores possuem, em média, de 2 a 3 hectares de terra de caju; já, os grandes agricultores contribuem com uma média relativamente maior que varia de 10 a 1.300 hectares de terra de caju. Essa diferença varia muito da localização geográfica ou zona e da etnia a que pertence o agricultor.

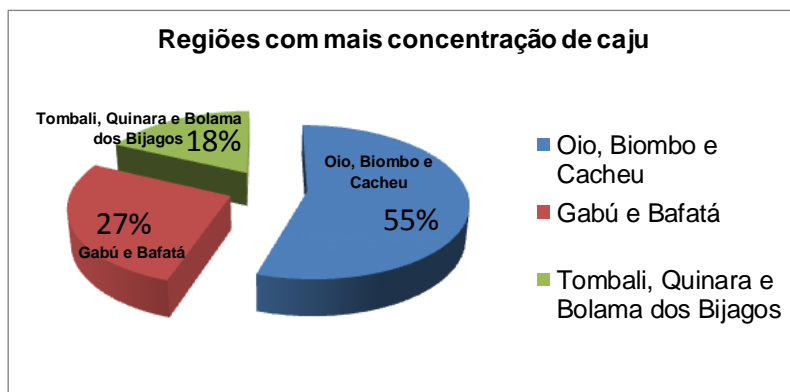
A grande maioria das plantações dos cajueiros é feita introduzindo a semente diretamente no solo, sem antes fazer uma seleção preliminar da semente; a maior parte das plantações pertence aos grandes agricultores que, para além do caju, cultivam outros produtos, como: arroz, inhame, batata doce, abacaxi, laranja, manga, mandioca, etc. Servem de exemplo, os agricultores de Nhacra e Bissorã.

As plantações dos cajueiros vão se diferenciando por regiões. A região de Bolama e Biombo são regiões com cajueiros relativamente velhos, em alguns casos já em declínio e muito valorizados no mercado comercial, devido ao seu tamanho que é relativamente grande.

Na região Leste, a plantação é majoritariamente jovem, em fase de crescimento e pouca valorizada no mercado comercial em função do seu tamanho que é relativamente pequeno.

A plantação do caju está distribuída de forma diferenciada no país. Ela é maior nas regiões de Oio, Biombo e Cacheu que concentram 55% de toda a plantação; em Gabú e Bafatá estão 27% da plantação, e as regiões de Tombali, Quinara e Bolama Bijagos representam 18% das plantações (INEC, 2011).

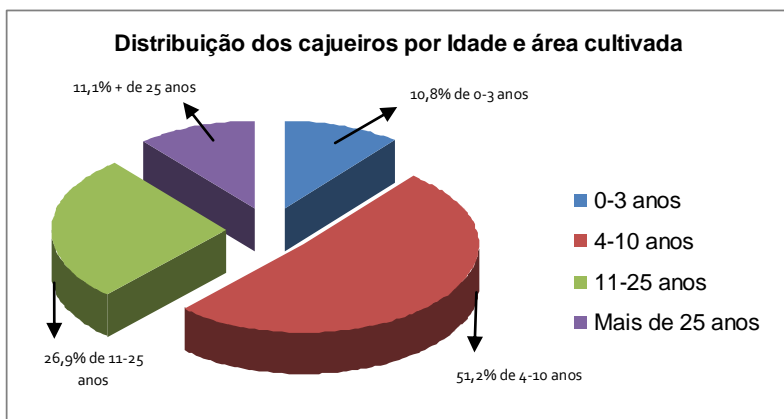
Gráfico 12: Guiné-Bissau – Distribuição regional da plantação de caju 2011.



Fonte: INEC, 2011. Elaboração Própria.

Dos 100% dos cajueiros plantados em todo o solo da Guiné-Bissau, 51,2% têm idade de 4-10 anos; 26,9%, de 11-25 anos; 11,1% são relativamente velhos com mais de 25 anos e, e os restantes, 10,8% têm idade de 0-3 anos (CNC, 2011).

Gráfico 13: Guiné-Bissau – Distribuição dos cajueiros por idade e área cultivada 2011.



Fonte: CNC, 2011. Elaboração Própria.

O sistema produtivo de caju na Guiné-Bissau pode ser caracterizado, nomeadamente pelo sistema de produção de planalto, que é distinguido por serem terra procuradas pelos agricultores, os quais, às vezes, utilizam-se do recurso da queimada, quer dizer, corte – queimada – cultivo de arroz ou milho, plantação de caju. O impacto ambiental desse sistema é a perda da diversidade vegetal ou biológica (SNV, 2010).

Neste sistema de produção, relativamente à plantação de caju, não se verifica nenhuma dependência de características etnoculturais e religiosas, as quais acabam influenciando, positivamente, o processo de desenvolvimento da produção de caju em todas as regiões da Guiné-Bissau.

Segundo o presidente da Comissão Nacional do Caju – CNC, (2012)

[...] O setor de caju é muitíssimo importante para o desenvolvimento do país como um todo. O sistema produtivo carece de pesquisas para o desenvolvimento efetivo, eficiente e eficaz do setor; no país há um Instituto de Pesquisa Agrícola – INPA, mas, ultimamente, por falta de

financiamento não tem andado de forma linear, mas sim aos soluços.

Nesta mesma ordem de ideias, segundo o responsável da organização “Nô Fiança”, o país tem apresentado poucos índices de doenças ou pragas que afetam os cajueiros. A Antracnose e o Oidium, não em larga escala, têm causado danos limitados à produção de caju. Cabe lembrar que, nas regiões de Biombo e Bolama, há sinais de doenças devido à idade dos cajueiros que são relativamente mais velhos. Os agricultores não usam nenhum *input* ou tratamento químico, reduzindo, assim, o custo e havendo a possibilidade de mercados para a amêndoa “orgânica”. É bem provável que a situação atual não dure por muito tempo, porque, no ano corrente, os cajueiros têm produzido muito pouco devido à seca, poeira que tem assolado a plantaçãõ (entrevista com a associação dos agricultores de Nhacra, 2012).

A dependência em relação à exportação do caju, ao mesmo tempo que permite auferir uma renda, coloca em risco a economia nacional do país, podendo haver aumento da produção e diminuição da procura, forçando a queda de preço pago pela castanha bruta, aumento do *output* de um fornecedor mais competitivo. Além disso, a produção pode ser afetada por doenças e pragas nos cajueiros. Estas circunstâncias, podem afetar drasticamente os pequenos agricultores, a população rural e as receitas do Estado.

4.3 As Relações Sociais, Políticas e Econômicas no Contexto do Caju

O caju, de longe, vem ocupando o primeiro quadrante no desenvolvimento da economia da Guiné-Bissau. O país dispõe de enormes potencialidades, tanto em termos naturais como humanos na produção do caju.

A produtividade no setor de caju depende, significativamente, do nível de pluviosidade, da sua distribuição no espaço temporal, da aptidão natural do solo e das condições climáticas e naturais, etc, (entrevista com a associação dos agricultores de Nhacra, 2012).

Segundo os responsáveis do setor de caju da Organização Holandesa para o Desenvolvimento – SNV, o país possui condições climáticas e de solo para o cultivo de caju muito favorável que permitem plantar a semente, sem nenhum uso de produtos químicos ou de outros tratamentos derivados. Por não serem usados produtos químicos e a sua variedade em termos de tamanho e região plantada, permite-lhe ser mais forte contra as doenças provocadas pelas Antracnoses e Oiduidim, em

comparação com outros países como o Brasil, a Índia, Moçambique, etc. (SNV, 2011).

O presidente da CNC, o presidente da ANAG e o representante da Sociedade Civil⁸ na Guiné-Bissau os entrevistados - têm o mesmo olhar a respeito da cadeia do caju, principalmente do seu valor no mercado internacional. Segundo eles, o caju guineense é altamente apreciado no mercado internacional pelos processadores, devido ao seu elevado racimo de rendimento da amêndoa por castanha bruta (1kg de amêndoa por 4.8kg de castanha bruta); tudo isso, porque não é utilizado nenhum tipo de produto químico na produção.

Para analisar os aspectos sociais e também políticos no universo do caju é necessário levar em consideração a presença de organizações como ONGs e Associações Comunitárias que atuam neste campo. Assim foi feito um levantamento e constatou-se a existência de algumas organizações desse tipo (ver apêndice M, p.116).

Merece ser dito que as Organizações/Associações Comunitárias e ONGs atuam fortemente no setor de caju, em media 89,8% delas intervêm diretamente na área da agricultura, principalmente na produção do caju; 1,6% atuam na área de Saúde; 1,6% na Educação; 0,6% no Ambiente; no comércio não atua nenhuma delas e outros, não identificados, com 6,4%.

Constatou-se também que entre as Organizações/Associações Comunitárias e ONGs que intervêm na agricultura, 40,4% participam das atividades ligadas à exploração e exportação de caju; 50,6% delas não têm nenhuma ligação com o setor do caju. Entretanto, dos 100% das que estão ligadas à atividade de caju, 73,9% intervêm na produção, e os 26,1% estão vinculados à comercialização do produto (SNV, 2007).

⁸ Sociedade civil se refere à totalidade das organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um Estado (independentemente de seu sistema político).

Quadro 3: Guiné-Bissau: Associações com atividades ligadas à produção de caju, 2011.

	Região	Localidade	Nome da Organização/Associação	Total de Associados	Sexo	
					M	F
1	Biombo	Tupi	Grupo Comunitário de Tupi	73	56	17
2	Biombo	Tupi	Associação Comunitária	130	90	40
3	Cacheu	Bieu	No djunta sintido no pidi na Deus	55	20	35
4	Cacheu	Bula	AJUB	50	32	18
5	Cacheu	Capata	Batem-Bagal (B6 jube b6 miste)	84	3	81
6	Cacheu	Ingoresinho	Asso. Filhos e Amigos de Ingoresinho	109	94	15
7	Cacheu	Pinjanta	JARAF	78	18	60
8	Cacheu	S. Domingos	Associação de Jovens de Pilum	71	34	37
9	Cacheu	S. Domingos	Associação dos Filhos Balanta Mané	68	42	26
10	Cacheu	S. Domingos	lampada do campo	626	499	127
11	Cacheu	S. Domingos	Tecito Saba Nhima	48	10	38
12	Quinara	Empada	NAFILBAN	112	25	87
13	Quinara	Gantune	Ma colibol	78	30	48
14	Quinara	Kamcumba	N'DUNGJIBON	858	158	700
15	Tombali	Iemberen	Raça banana	100	4	96
16	Tombali	Saltinho (Quebo)	Waquilaré	52	10	42
17	Tombali	Setor de Cachine	Ação para Desenvolvimento Sustentável	3	2	1
18	Tombali	Sintcham Boido	Fum-naba	42	24	18
Total				2637	1151	1486

Fonte: SNV, 2007. Elaboração Própria.

A produção do caju tem exercido forte influência no desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau. O caju é um produto comercial, implicando certa monetarização, bem como relações de troca com outros produtos, sobretudo os de primeira necessidade. Como consequência disso, a dinâmica da produção do caju ganhou

dimensões extensivas nos últimos anos no seio da população, principalmente na camada mais pobre. A maior parte da produção do caju provém de plantações familiares. Quanto às faixas etárias dos responsáveis de propriedades, nota-se que os responsáveis de propriedades familiares são mais numerosos, com predominância daqueles de idade compreendida entre 65 anos e mais. Em seguida, destacam-se as faixas etárias entre 60-64 e 55-59 anos de idade. Por último, posicionam-se os responsáveis pelas plantações familiares, com a idade de 15-25 e 27-40 anos de idade (INEC, 2011).

Ao longo dessa caminhada de pesquisa, consegui detectar a distribuição das propriedades por sexo, com a visita e entrevista aos produtores, o mesmo fenômeno que os dados da Inec apontam. O resultado não foi nada surpreendente, porque, se tomarmos o histórico do uso e costume da cultura africana, principalmente a cultura guineense, vê-se que sempre existiu e continua existindo certa predominância masculina no seio da agricultura. De toda a plantação dos cajueiros por terra na Guiné-Bissau, 97,5% dela, por média pertence ao sexo masculino e somente 2,5% ao sexo feminino. Esta predominância se verifica mesmo dentro da estrutura interna de todos os tipos de propriedades de plantações, sobretudo nas associações e propriedades individuais (INEC, 2011).

Nessa mesma ordem de ideias, os proprietários das plantações, com idade a partir de 15 anos, repartidos por sexo e faixa etária, são homens - média de 97% do total deles, contra 3% do sexo feminino. Já, no que diz respeito à liderança relativamente ao gênero, há um percentual considerável de mulheres no comando da propriedade familiar, principalmente na região de Biombo onde predomina a etnia Papel. Os homens representam, em média 59,9% contra 40,1% das mulheres; esta diferença se dá devido ao poder que é atribuído à mulher na cultura Papel.

Outro fato muito importante que se observou, é a grande dependência do país em relação ao caju, fato que acaba levando ou envolvendo muitas famílias no processo da produção. Na maioria dos casos, a produção (limpeza do local, colheita, secagem, estufa, armazenamento, carregamento, segurança, etc.) é feita por crianças e jovens no período que deveriam estar na escola a estudar, mas retornam as origens para ajudar a família e, ao mesmo tempo, comercializar a castanha de caju; época essa considerada a da campanha de caju que decorre no período de Março a Julho. O dinheiro arrecadado com a campanha de caju serve para o sustento de alguns por um bom período,

e outros efetuam outras atividades, como a pesca, recolha de brita e areia para construção, etc. de forma a garantir a sobrevivência até a próxima campanha de caju.

A produção do caju envolve muita mão de obra que começa, não só pela fase de cultivo de cajueiros, mas também o seu seguimento quanto ao crescimento das plantações evitando a queimada e, após, a colheita das frutas, etc. Por isso, muito dos produtores com a área relativamente maior não se limitam somente à mão de obra familiar, contratando mão de obra externa para ajudar na limpeza, colheita, etc. A forma de pagamento desta mão de obra varia muito do contrato feito (boca a boca) e por região em que se situam as plantações de caju.

Para a limpeza da terra plantada, o pagamento é feito com dinheiro nas regiões de Bolama, Quinara e Biombo. Já, nas regiões de Gabú, Bafatá, Tombali e Cacheu respectivamente no período da colheita, o pagamento é feito por produto (arroz e outros produtos de primeira necessidade).

Do ponto de vista socioeconômico e segundo os dados obtidos durante a pesquisa de campo, por meio de entrevistas, é permitida colocação de que, na época de colheita de caju, muitas famílias, tanto possuidores como não de terra de caju, ficam ocupados com a produção (transformação e comercialização no mercado interno e externo). A cultura do caju possui um grande potencial no desenvolvimento sociocultural no seio da população guineense, por não provocar e nem criar condições para a distinção étnica e religiosa.

Apuramos, junto aos produtores de caju entrevistados, se o rendimento obtido através da exploração do produto satisfazia as suas necessidades. A grande maioria afirmou que estão pouco satisfeitos com o rendimento das suas produções, com destaque nas regiões de Bolama, Gabu e Bafatá. Os produtores das regiões de Biombo e Cacheu e do setor autônomo de Bissau manifestaram as suas satisfações com a produção na venda da castanha, sumo e vinho de caju. Enquanto que, na região de Tombali, Quinara e Oio, foi manifestada total insatisfação com a produção.

A razão da insatisfação dos produtores está relacionada à falta dos serviços básicos de apoio à produção para o desenvolvimento do setor, no que tange a sua atividade produtiva. Falta de boas vias de comunicação nas localidades mais longínquas da região, falta de meios de transporte e, por outro lado, o preço anunciado normalmente pelo governo não supre as necessidade dos produtores.

O governo da Guiné-Bissau tem valorizado pouco o setor da agricultura, principalmente o do caju, desde 1979, data que marca o

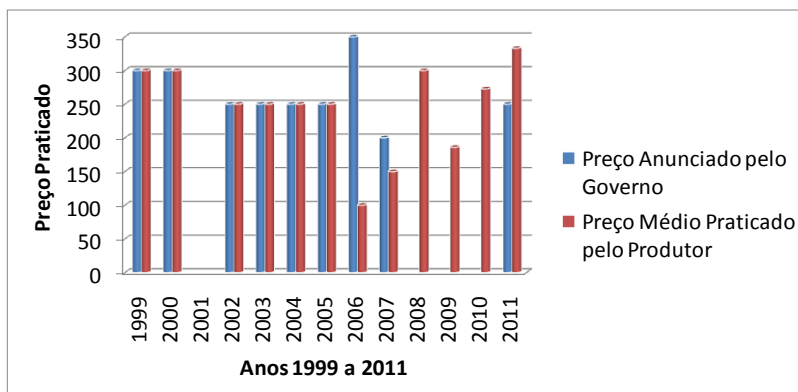
início da sua exportação. Mas nos últimos anos, a partir de 2006, a participação do governo no setor tem tido grande impacto sobre o desempenho da produção, com preços a variar 50 Fcfa a mais de 430 Fcfa/kg.

Quadro 4: Preço anunciado pelo governo e o preço médio praticado ao produtor – 1999 a 2011 (Fcfa/Kg).

Descrição	Ano - 1999 a 2011 (Cotação US\$ 1 = 550 Fcfa)												
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Preço Produtor	300	300	**	250	250	250	250	100	150	300	186	272,74	333
Preço Governo	300	300	**	250	250	250	250	350	200	**	**	**	250

Fonte: CNC, 2011.

Gráfico 14: Preço anunciado para venda da castanha de caju pelo governo da Guiné-Bissau e o preço praticado pelo produtor – 1999 a 2011 (Fcfa/Kg).



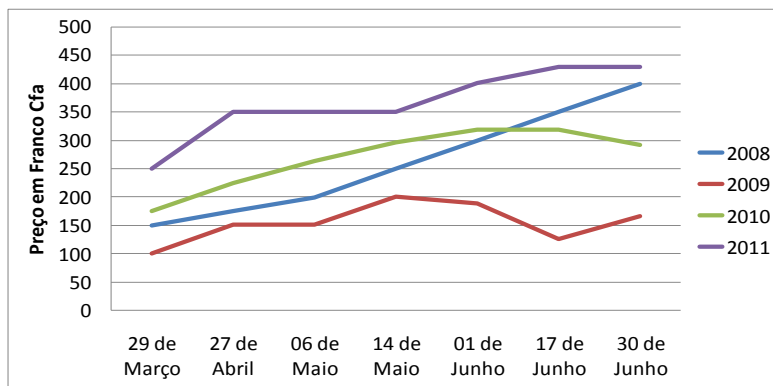
Fonte: CNC, 2011. Elaboração Própria.

Quadro 5: Guiné-Bissau: Análise comparativa do preço da castanha de caju ao produtor – 2008 a 2011 (Fcfa/Kg).

Data	2008	2009	2010	2011
Franco cfa (Cotação US\$ 1 = 550 Fcfa)				
29 de Março	150	100	175	250
27 de Abril	175	150	225	350
06 de Maio	200	150	263	350
14 de Maio	250	200	297	350
01 de Junho	300	188	319	400
17 de Junho	350	125	319	429
30 de Junho	400	165	292	429

Fonte: CNC, 2011.

Gráfico 15: Análise comparativa do preço da castanha de caju praticado ao produtor – 2008 a 2011 (Fcfa/Kg).



Fonte: CNC, 2011. Elaboração Própria.

Por outro lado, e não obstante o preço ao produtor anunciado ser considerado, em princípio, preço “indicativo”, que servirá para reforçar a capacidade de negócio dos produtores; segundo a entrevista com o responsável da organização “Nô Fiança”, houve muitas tentativas por parte dos funcionários do governo em tornar o preço “indicativo” de 2006, obrigatório, de forma a obter mais lucro, o que acabou afetando de forma brusca o setor do caju, porque grande parte dos comerciantes parou as suas atividades, por causa do preço considerado alto e a falta de crédito financeiro para atuar no setor.

A briga pelo preço anunciada pelo governo e o preço praticado no mercado no setor do caju tem provocado impactos significativos na deficitária economia do país. De 2007/2008 o governo obrigou-se a aumentar o preço dos bens alimentares de primeira necessidade e reajustar o orçamento do Estado para suprir as lacunas dos anos passados. Mas esta medida complicou mais o que já estava intrincado (ver quadro 4, p. 69).

Para sair desta situação, segundo a entrevistada - secretária do Estado e orçamento da Guiné-Bissau (2012), o governo adotou medidas excepcionais e temporárias, como a isenção de impostos às importações de arroz, batata, óleo, cebola e redução de taxas alfandegárias que recaíam sobre os produtos petrolíferos importados. Salienta-se que o setor do caju tem apresentado índices positivos em 2008, principalmente na sua exportação, contribuindo com a percentagem de 3,1% do PIB do país (ver apêndice L, p. 114).

4.4 Industrialização do Caju como forma Alternativa para o Desenvolvimento

Na Guiné-Bissau, tem-se debatido muito a questão da industrialização⁹ dos seus produtos como uma das formas alternativas para o seu desenvolvimento. O governo de Luís Cabral, considerado por muitos intelectuais guineenses como o melhor governo que o país já teve até dias atuais, criou vários projetos e indústrias, no período compreendido de 1973/1980 (BARROS, 2011).

Quadro 6: Guiné-Bissau – empresas e projetos governamentais mais importantes criados entre 1973 e 1980.

1	CAIC – Complexo Agroindustrial de Cumeré.
2	Cerâmica de Bafatá.
3	DICOL – Empresa Energética.
4	Estaleiros Navais.
5	Fábrica de Espuma (Colchões).
6	FOLBI – Unidade de Folhados e Contraplacados de Madeira.
7	GUIMETAL – Unidade Metalomecânica.
8	Indústria de Leite Blufo.
9	Indústria de Plástico.
10	Montadora de Volvo.
11	NHAI - Unidade de Montagem de Veículos.
12	Ometal.
13	SOCOTRAM – Unidade de Corte e Processamento da Madeira.
14	TITINA SILÁ – Unidade de Produção de Suco e Compotas, derivado da Fruta de Caju.

Fonte: BARROS, 2011. Elaboração Própria.

⁹ A industrialização se caracteriza pelo processo de desenvolvimento industrial em uma determinada localidade, cujo principal interesse é a substituição do modo de produção para maximização dos lucros. Esse fenômeno ocorre através da mecanização das atividades em substituição de algumas funções exercidas pelo homem, proporcionando uma produção em série e em grande escala.

Essas foram as primeiras tentativas para promover a industrialização na Guiné-Bissau, após a conquista da Independência Nacional em 1973 no governo de Luís Cabral, mas, lamentavelmente, nenhuma destas indústria/empresa e fábrica continua existindo no país.

A tentativa e todo o esforço do governo de Cabral foram por água abaixo, devido à má gerência, falta de comprometimento por parte do governo na época, falta de administradores capacitados para levar adiante o projeto, principalmente o da Indústria TITINA SILÁ – Unidade de Produção de Suco e Compotas, derivados da Fruta de Caju.

Segundo Barros (2011, p. 33-34)

TITINA SILÁ era uma unidade industrial de pequeno porte, que se utilizava de métodos artesanais bastante simples, baseados no “Banho Maria”, oferta dos holandeses. Uma boa iniciativa dado que dimensionado para o mercado local, e tendo como *inputs* mercadoria produzida no país. A vista desarmada tudo aponta para um alto grau de sustentabilidade, pelo que praticamente dispensa qualquer estudo de viabilidade.

Nos primeiros anos entre 1973 a 1980 períodos considerados da funcionalidade da Unidade (TITINA SILÁ), toda a sua produção era consumida, de início, internamente. Mas, depois de uns anos de produção e por ter conquistada a grande maioria da população começou a sua comercialização ao exterior - Holanda e Egito.

Segundo Barros (2011, p.34)

Em 1986, com a liberalização do mercado e com a chegada do programa de ajustamento estrutural do Banco Mundial, a unidade não suportou as novas condições impostas pelos agentes do Banco Mundial para a obtenção de crédito, pois os juros eram muito altos (10% ao mês) para cada financiamento no setor.

A proposta de industrialização do caju não é algo novo para Guiné-Bissau, mesmo que tenha sido feito muito pouco para sua efetivação. Segundo palavras do presidente da Comissão Nacional do Caju – CNC (2012), em termos gerais, se o país conseguir transformar 100.000 toneladas de caju, por ano, terá condições de criar, pelo menos, 28.000 empregos diretos na sua maioria jovens e mulheres, ainda

gerando para a receita do cofre do estatal guineense, o valor de 30 milhões de dólares, contendo a migração da população rural para Bissau ao espalhar as unidades geograficamente por todo país, restando a emigração de clandestinos à Europa, por oferecer ocupação aos jovens, aumentando o poder de compra dos guineenses e da entrada de impostos e dinamizando a economia em termos gerais.

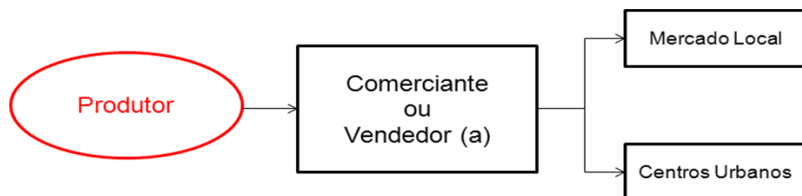
Associado a estes benefícios com a industrialização do caju, segundo a entrevista com a Eng^a. responsável pelo Centro de Promoção de Caju – CPC (2012), pode produzir-se etanol a partir do pedúnculo e gerar energia a partir da casca da castanha de caju, resultante do processamento da castanha. Por quilograma da castanha consegue-se de 4000 a 6000 kw/h, um rendimento considerado bom para um país com grave problema energético. Ainda é importante salientar que a distribuição da plantação de cajueiros por todo o território nacional e a implantação de unidades de processamento de caju, em todas as regiões do país, diminuiria a precariedade e a vulnerabilidade, assim como elevaria a autoestima da grande parte dos seus produtores e da população guineense.

Observa-se que vários produtos podem ser derivados do caju, como: bolacha, bolo, bife, amêndoa, compota, doce, xarope, suco, vinho, aguardente, etc. A industrialização do caju não é a única e a melhor forma para o desenvolvimento do país, mas, com ela, alcançar-se-á um percentual significativo no desenvolvimento como um todo da Guiné-Bissau.

Segundo entrevista com a Eng^a. responsável pelo Centro de Promoção do Caju – CPC, (2012), o país já deu início ao sistema de industrialização do caju com a implementação de pequenas unidades de transformação do caju em suco, vinho e aguardente, dentro do projeto financiado pela Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial – FUNDEI.

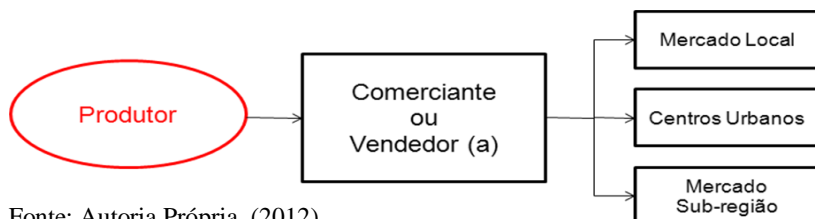
A entrevistada coloca, ainda, que o processo de transformação do caju em suco, vinho e aguardente é praticado pelos pequenos agricultores para o seu consumo e para a comercialização no mercado interno (ver anexos C e D, p. 119-120). Por outro lado há agregados familiares que compram o suco de caju já processado e o transformam em aguardente para ser comercializado no mercado nacional e sub-regional. Nota-se que, apesar de os produtos derivados do caju terem boa aceitação no mercado nacional interno, o processo de transformação e conservação permanece tradicional, pobre em termos de infraestrutura e tecnologia.

Figura 3: Guiné-Bissau: Estrutura comercial do suco e da fruta de caju.



Fonte: Autoria Própria, (2012).

Figura 4: Guiné-Bissau: Estrutura comercial do vinho de caju.



Fonte: Autoria Própria, (2012).

As duas figuras 3 e 4, ilustram todo o processo comercial para a produção do suco e do vinho do caju, partindo do produtor ao comerciante, depois para os mercado consumidor.

A CPC, para melhorar esta situação, tem formado várias grupos de indivíduos nas áreas de cultivo, processamento e transformação do caju com a ajuda da FUNDEI, PNUD, CDE (Centro de Desenvolvimento Empresarial) através de financiamentos da União Europeia.

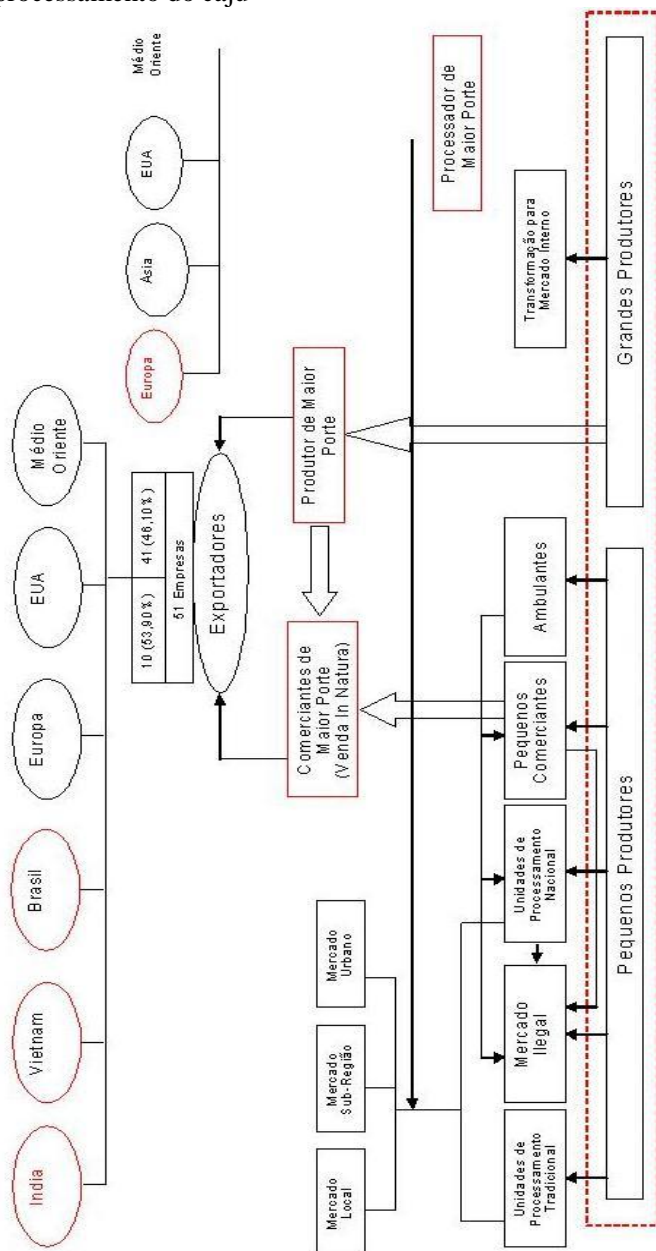
Os grupos que receberam a formação pela CPC se concentram nas 8 cidades do país: Xitole, Buba, Safim, Bula-Nhinte, Cacine, Bissorã, Djabada e Quinhamel, (ver anexo E, p. 121). Os referidos grupos de processamento e transformação de caju trabalham somente no período de colheita (Abril a Julho), por falta de equipamentos indispensáveis na estocagem da matéria prima e, sobretudo, por falta de meios financeiros. Como consequência disso, a produção desses grupos é ainda, relativamente, insignificante (perto de 0,5 toneladas de caju por mês). Somente a CPC consegue transformar uma quantidade pouco significativa, devido a sua estrutura superior, com a capacidade produtiva

de 20.000 garrafas de 33cl de suco de caju por mês. (entrevista com a Eng^a. responsável pela CPC, 2012).

Com os dados acima mencionados, se o caju for industrializado beneficiará a maior parte da população; tanto produtores como não produtores, através do rendimento monetário e de emprego de forma direta.

A seguir, a figura 5 mostra o processo da comercialização e do processamento do caju, desde os pequenos produtores e grandes produtores, a sua transformação no mercado interno, a sua comercialização pelas unidades de processamentos, a sua venda nos mercados locais, sub-regionais e urbanos, assim como processamento pelos produtores de maior porte com a conseguinte venda na Europa, Ásia, EUA, Médio Oriente até a sua exportação para Índia, Vietnam, Brasil, Europa, EUA, Médio Oriente.

Figura 5: Guiné-Bissau: Estrutura da comercialização e processamento do caju



Fonte: Autoria Própria, (2012).

4.5 Desenvolvimento Empresarial na Guiné-Bissau

O mundo vive um momento bastante acelerado. Como afirma Senge (1990), “pela primeira vez na história, a humanidade está habilitada a gerar mais informação do que pode assimilar, mais interdependência do que pode administrar, mais transformação do que pode acompanhar”.

A competitividade é vista como um tipo de relação permeada pela disputa entre organizações ou populações de organizações, por recursos escassos, mas essenciais a sobrevivência, caso típico da Guiné-Bissau.

Segundo Hannan e Freeman (1977/1989, p.45), “isso decorre da concepção de que duas espécies que habitam um mesmo nicho possuem dificuldade em conviver em equilíbrio, uma vez que lutam por recursos similares”. Desta forma, as organizações se sujeitam, a processos de seleção e de exclusão competitiva, o que estimula a busca de novos métodos de fabricação e de gestão, de arranjos estruturais cada vez mais eficientes. Já, Michael Porter, professor da Universidade de Harvard, afirma que “as empresas criam vantagem competitiva, quando percebem ou descobrem novas maneiras de competir num segmento industrial e aplicam essas descobertas no mercado”. Daí as empresas, portanto, serem consideradas reservatórios de recursos que podem ser tangíveis ou intangíveis.

Nesse ambiente competitivo que as empresas atualmente se encontram, o recurso que mais limita o crescimento e o sucesso estratégico não é mais o capital, mas sim o conhecimento e a capacidade de aprendizagem contínua (*learning organization*), aspecto que deveria ser imitado pelas empresas da Guiné-Bissau.

O novo padrão de competitividade no mundo empresarial coloca os recursos humanos como peça fundamental na estratégia das empresas, de forma a poder enfrentar os concorrentes, situação que não ocorre com as empresas do país supracitado, porque sempre coloca e continua colocando à frente as suas influências políticas, como fator primordial geração de vantagem para vencer nesse mercado tão competitivo e globalizado.

Convém sublinhar que a filosofia e a administração, hoje em dia, são ramos de conhecimento, pelos quais se percebe uma grande necessidade de repensar os sistemas organizacionais, identificando o administrador não só como a pessoa que está voltada ao lucro apenas, mas sim na valorização de pessoas e na preservação do meio ambiente.

A ideia de trabalho representa, para o sec. XXI, uma nova visão, pois por meio desta atividade fica garantido o mínimo de satisfação das

necessidades vitais. As constantes mudanças e os avanços tecnológicos, devem ser acompanhados, valendo-se deles para melhorar a administração e o seu funcionamento. Não se deve optar somente pelo raciocínio mecânico, mas estar buscando novos ramos de conhecimento, com suporte na criatividade, flexibilidade e pró-atividade.

O sucesso no mundo competitivo atual depende, sobretudo, de respostas rápidas e de capacidade gerencial para coordenar recursos tangíveis e intangíveis, a fim de atingir objetivos organizacionais, onde os empresários têm de olhar para as organizações como um todo (visão sistêmico-holística), com o objetivo de descobrir quais recursos lhe proporcionem vantagem em relação aos concorrentes, implantando uma estratégia em consonância com sua capacidade produtiva. Contratando profissionais qualificados, colocando as pessoas certas nos lugares certos, deixando o clientelismo de lado, apostando no *Benchmarking*, *Comakership*, Engenharia Simultânea, Produtividade, fazendo funcionar a efetividade, eficiência e eficácia nas suas empresas.

As estratégias de desenvolvimento das empresas precisam ser modernizadas para se manterem no mercado, buscando cada vez mais o saber gerencial, com a plena valorização dos seus colaboradores internos, os chamados capitais intelectuais ou ativo intangível, fazendo florescer a inteligência corporativa, implicando nova estrutura organizacional e em novas formas de realizar negócios, com intuito de satisfazer o consumidor que está cada vez mais exigente.

Os empresários guineenses precisam pensar as suas empresas não como um meio de ganhar cada vez mais, mas como plataformas para todos os tipos de benefícios e serviços com valor agregado; quando um cliente é perdido, pelo fato de serviço não ter atendido as suas expectativas, atraí-lo, novamente, torna-se mais caro e difícil que conquistar um cliente novo.

Um dos motivos pelos quais as empresas guineenses ainda têm tantas dificuldades em prestar serviços é porque o serviço envolve componente humano e este componente é muito pouco valorizado pelos empresários guineenses. O recrutamento, a seleção e o treinamento precisam sair de sua estrutura básica, passando a verificar no candidato uma atitude profissional compatível com os padrões da empresa. Para se destacar do concorrente, é necessária a plena utilização das informações disponíveis e as pessoas são forças estratégicas que movem as empresas.

A Guiné-Bissau tem pouca experiência no domínio empresarial. Segundo os dados do Ministério das Finanças (2012), há 180 empresas em todo o território nacional guineense, entre elas empresas comerciais,

industriais e de serviços. Cada ano, são abertas em torno de 20 empresas no país, mas, delas, somente uma sobrevive o período de um a mais anos no mercado. Isso se dá por falta de uma boa estrutura de base, planejamento estratégico adequado, má gerência dos recursos financeiros daquelas (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2012).

Nessa análise do desenvolvimento empresarial na Guiné-Bissau, dá para perceber a estrutura empresarial guineense, assim como conhecer as empresas com atividades ligadas ao setor do caju (ver apêndice K, p. 112).

Ao falar do sistema empresarial no país acima citado e do processo de produção, comercialização, transformação tanto no mercado interno e externo do caju no desenvolvimento socioeconômico do país, torna-se relevante traçar uma análise *swot*¹⁰ do produto (caju).

A análise *swot* do caju permitirá aos leitores deste trabalho a visão mais detalhada da potencialidade do produto, quanto as suas vantagens, desvantagens, consequências, problemática, etc; que o caju pode oferecer para o desenvolvimento socioeconômico do país (Guiné-Bissau), tanto no mercado interno como externo.

Esta análise é feita através de uma grade do tipo “2×2” (duas linhas e duas colunas) e divide o ambiente em duas classes: **ambiente interno** (Forças e Fraquezas) e **ambiente externo** (Oportunidades e Ameaças). As forças e as fraquezas são determinadas pela posição da empresa ou produto no mercado interno. Já, as oportunidades e ameaças são as antecipações do futuro e estão relacionadas a fatores externos (novos concorrentes, mudanças econômicas, etc.).

Os pontos fortes, fracos, oportunos e as ameaças são utilizados da seguinte forma: os pontos fortes para aproveitar as oportunidades, minimizando os pontos fracos para evitar as ameaças, trabalhando os pontos fortes para evitar as ameaças e modificando os pontos fracos para aproveitar as oportunidades.

¹⁰Análise *Swot* – é uma ferramenta muito utilizada no meio administrativo para a análise de um cenário (ou de um ambiente), proporcionando a base para o planejamento estratégico e para o desenvolvimento de um produto. *Swot* = Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

		Ajuda	Atrapalha
Origem do Fator	Interno	Forças	Fraquezas
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade. 2. Terra e solo fértil. 3. Clima apropriado. 4. Pomares de castanha jovem. 5. Ausência de doenças e pragas. 6. Disponibilidade de terra. 7. Boa reputação no mercado internacional. 8. Sabor agradável. 9. Plantação bruta. 10. Comércio liberalizado. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Precariedade da produção. 2. Mais por Menos. 3. Degradação do solo. 4. Monopólio dos compradores e exportadores. 5. Fraca infraestrutura logística. 6. Falta de apoio do Governo. 7. Falta de financiamento. 8. Elevado custo de frete internacional.
	Externo	Oportunidades	Ameaças
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Industrialização. 2. Mercado interno e externo. 3. Mais por Mais. 4. Procura internacional. 5. Produto orgânico/biológico. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de investimentos, incentivos de produção e valorização. 2. Doenças e pragas. 3. Normas de segurança alimentar. 4. Aumento da procura por castanhas maiores.

5 CONSENSO DE WASHINGTON

A expressão Consenso de *Washington*, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do *Institute for International Economics* (IIE), em *Washington*, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina (CRUZ, 2007).

Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de *Washington* foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países Latino-Americanos, o que mais tarde se alastrou para os países africanos. Na visão de Cruz (2007, p. 51), “o consenso de *Washington* acabou se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta, de outro lado, movimentos nacionalistas e de esquerda criticam essa política e protestam contra sua aplicação”.

Essa conferência, que teve a participação e representação de dez países Latino-Americanos, contou também com a presença dos agentes do Banco Mundial, do FMI e dos bancos da *Wall Street* e o *Federal Reserve Bank*. Este consenso não é mais do que um meio ideológico cujos princípios iniciadores são o receituário a ser aplicado em qualquer período da história, a qualquer economia e em qualquer país. Para além de ter coincidido com a queda do Muro de Berlim (1989), culminou com o fim do socialismo soviético classificado por Francis Fukuyama como ‘o fim da história’; seria o mesmo que dizer o triunfo do capitalismo (IMBALI, 1993).

Com mais de uma década depois da sua proclamação, foram apresentados, pelo consenso de *Washington* resultados não esperados pelos seus precursores, à medida que se registraram aumentos substanciais no fosso existente entre ricos e pobres, no desemprego com consequências no âmbito da desintegração das famílias nos países onde foram aplicadas receitas neoliberais daquele.

No consenso de *Washington* é proclamada uma economia de mercado baseado no modelo ortodoxo de *laissez-faire* (deixar fazer), de redução do Estado à função estrita da manutenção da lei e da ordem, constituída por altos funcionários do Estado, líderes políticos e empresários influentes.

Stiglitz (2002, p. 129) acrescenta que “as reformas do Consenso de *Washington* expuseram os países a riscos ainda maiores que afetaram incomensuravelmente os que estavam menos preparados.”

Segundo Ferraz (2002, p. 14), o Consenso de *Washington* está fundamentado em quatro proposições básicas:

Políticas macroeconômicas conservadoras; liberação do comércio e investimento internacional; privatização de empresas estatais; e, a desregulamentação de preços e outras regras que definem limites para a ação dos agentes econômicos.

É interessante notar que este novo padrão de políticas, modelo preconizado para países menos desenvolvidos, nunca foi utilizado por países avançados, em estágios iniciais de desenvolvimento. Como salienta Imbali (1993), em seus respectivos processos de desenvolvimento, todos estes países utilizaram, com maior ou menor intensidade, políticas comerciais, industriais e tecnológicas ativas e, nos dias atuais, não recomendam aos países menos desenvolvidos o mesmo procedimento.

O consenso durante a sua aplicação em vários países, não sanou o problema dos mais pobres, mesmo que se tenham introduzido novos elementos que, de certo modo, só contornaram a situação, a observar pelos países receptores que são afetados, principalmente, pela falta de bom governo e da democracia.

Parece razoável se admitir que as políticas neoliberais promoveram, sim, o crescimento econômico de muitos países, mas também provocaram grandes danos sociais na periferia do capitalismo, nomeadamente, nos países em vias de desenvolvimento. A concentração de riquezas divide hoje o mundo em famintos e obesos. Na Guiné-Bissau, essa divisão entre famintos e obesos só tem agravado, cada vez mais, a parte social do país. Onde a dita sociedade “obesa” impõe ou cria padrões de consumo inatingíveis, desejos inalcançáveis à sociedade faminta, aprofundando cada vez mais a marginalidade dessa sociedade e o seu pendor à violência.

5.1 Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) na Guiné-Bissau

O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, apesar de sido aplicado somente em 1987, já tinha sido aprovado desde novembro

de 1986, por um período de seis anos, isto é, até 1992 com etapas de estabilização 1987 a 1989, tendo em vista a restituição dos equilíbrios macroeconômicos, internos e externos e a etapa de crescimento, visando dilatar o ritmo de expansão econômica e à consolidação dos ganhos da estabilização 1990 a 1992, (FMI, 2010).

O PAE, veio ao país com o objetivo de reforçar a via de desenvolvimento liberal. Como o programa de estabilização econômica e financeira não tinha produzido os efeitos esperados, a adoção do programa de ajustamento estrutural foi apresentada ao governo como a tábua de salvação. Numa primeira fase, segundo o discurso oficial, os objetivos principais deste programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento. Esta nova orientação traduziu-se concretamente numa liberalização dos preços, numa desvalorização massiva do peso¹¹ e na adoção de um sistema de câmbio flutuante. “Em Maio de 1987, foi concedido o primeiro crédito de ajustamento estrutural com o Banco mundial e, em outubro do mesmo ano, facilidade de ajustamento estrutural com o Fundo Monetário Internacional” (SANHÁ, 1993, p. 52).

A partir desta data, o programa de ajustamento estrutural prosseguiu a um ritmo, às vezes, um pouco caótico. Os setores produtivos reagiram muito favoravelmente às medidas de liberalização; apenas as políticas financeiras, monetárias e estruturais foram desviadas muito frequentemente dos objetivos fixados, resultando no aumento das taxas de inflação e nas novas acumulações de atrasos em relação ao exterior. O país que já era deficitário em termos econômicos acabou ficando mais deficitário ainda com o programa; por ele a vulnerabilidade social e o endividamento externo obrigaram a Guiné-Bissau a substituir as estratégias seguidas de desenvolvimento, e a colocar-se nas mãos do BM e do FMI na defesa das suas políticas econômicas e sociais.

De frisar que em 1986, o governo guineense apresentou ao Banco Mundial um relatório confidencial, no qual revelaram os seguintes problemas econômicos, os quais, segundo Sanhá (1993, p. 86)

Um excessivo consumo privado e público provocou o aumento dos déficits das dívidas existentes; Produção agrícola mínima devido aos preços dos produtos demasiados baixos; Déficits

¹¹ Peso – foi a moeda utilizada no país no período de 1973 a 1997, agora se usa o Franco Cfa.

no orçamento do Estado, provocados por um investimento essencialmente não produtivos, pelo aumento das dívidas e pelos atrasos no seu pagamento; Grande dependência de ajuda externa e Grande expansão monetária, provocando inflação e desvalorização.

O FMI apoiou o programa com Facilidade de Ajustamento Estrutural (FAE) acordados em 1987, e o Banco Mundial com o Crédito do Ajustamento Estrutural (CAE). O objetivo era a diminuição das dificuldades criadas pela contenção das despesas e proporcionar recursos para investimento (SANHÁ, 1992).

Em 1991, o Estado começou a dar crédito ao setor público, porém, em 1992, o FMI e o Banco Mundial obrigaram-no a suspender os créditos. Esta medida provocou uma recessão, por lado e, por outro, permitiu que o Estado desbloqueasse a última parcela do segundo CAE (Crédito de Ajustamento Estrutural). O desenvolvimento de Guiné-Bissau depende, ainda, inteiramente da ajuda externa (entrevista com o Ministro das Finanças, 2012).

O Banco Mundial, pela deficiência na utilização da primeira e segunda parte da verba do CAE, bloqueou a terceira parte da verba que seria destinada ao desenvolvimento socioeconômico durante dois anos. Em outras palavras e segundo a ótica dos próprios doadores, o seu impacto sobre a economia não tinha surtido os efeitos desejados, deixando que a situação fosse caracterizada em finais de 1992, como sugeriu o próprio diretor geral do Gabinete de estudo e previsão do Ministério das Finanças, por uma degradação da situação econômica e financeira.

Os créditos do Banco Mundial na Guiné-Bissau no período de 1987 a 2010 totalizam num montante de US\$ 366,6 milhões; já os do FMI totalizam num montante de US\$ 61,28 milhões no período compreendido entre 1984 a 2010. Através dos quadros a seguir, está ilustrado como foram distribuídos os créditos.

Quadro 7: Acordos da Guiné-Bissau com o FMI (1984 a 2010).

Acordos entre Guiné-Bissau e FMI (1984 a 2010)			
Acordos	Período	Montante	Observações
Compra de 1ª tranche de crédito	27 de Agosto de 1984	US\$ 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural (SAF)	14 de Outubro de 1987 a 13 de Outubro de 1990	US\$ 5,25 milhões	Segundo acordo anual foi adiado; não houve acordo anual.
Apoio de Emergência em situação de Pós-conflito (EPCA)	14 de setembro de 1990 a 1995	US\$ 2,13 milhões	
Programa reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAF)	18 de Janeiro de 1995 a 24 de Julho de 1998	US\$ 10,5 milhões	No 3º acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DSE- Declaração Simplificada de Exportação 1,05 milhões (10% da quota).
Apoio de Emergência em situação de Pós-conflito (EPCA)	7 de Janeiro de 2000	US\$ 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF)	15 de Dezembro de 2000 a 14 de Dezembro de 2003	US\$ 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída a avaliação.
Apoio de Emergência em situação de Pós-conflito (EPCA)	10 de Janeiro de 2008	US\$ 1,77 milhões	
Apoio de Emergência em	20 de Maio de 2009	US\$ 1,77 milhões	

situação de Pós-conflito (EPCA)			
Facilidade de Crédito Alargado	7 de Maio de 2010	US\$ 22,365 milhões	

Fonte: FMI (2011). Elaboração Própria.

Quadro 8: Relações da Guiné-Bissau com o Banco Mundial (1987 a 2010).

Guiné-Bissau: Relações com o Banco Mundial		
1987 a 2010 / (US\$ 366,6 milhões)		
Transporte, Infraestrutura e Energia.	US\$ 121,5 milhões	33,14%
Pagamento dos Salários dos Professores Primários.	US\$ 87,4 milhões	23,84%
Setores Sociais, Incluindo Saúde e Educação.	US\$ 67,2 milhões	18,33%
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Privado.	US\$ 41 milhões	11,18%
Assistência Técnica em Matéria de Gestão Econômica.	US\$ 22,9 milhões	6,25%
Indústrias Extrativas.	US\$ 19,9 milhões	5,43%
Agricultura / Gestão de Recursos Naturais.	US\$ 6,7 milhões	1,82%

Fonte: BM (2011). Elaboração Própria.

Cabe salientar que o relacionamento entre o Banco Mundial, FMI e a Guiné-Bissau tem provocado atrasos no desenvolvimento do país. Na origem desta situação está o fato de os objetivos monetários e fiscais não terem sido realizados, de não terem sido pagas as dívidas a partir de 1990, devido às políticas ou regras impostas pelo Banco Mundial e o FMI ao País (MONTEIRO, 1996).

Para Monteiro (1996, p. 121), “[...] a estratégica do Banco Mundial de ‘quem não ouve sofre’, provocou uma recessão em 1991/1992, que dificultou ainda mais as possibilidades de atingir os

objetivos estabelecidos”. Em contrapartida, obrigou o governo a ter maior disciplina interna.

Segundo Monteiro (1996, p.143)

Em 1993, a inflação e as despesas estatais foram bem controladas e isso proporcionou uma economia mais saudável; ainda no mesmo ano de 1993, havia vozes no Banco Central advogando a anulação dos contratos oficiais com Banco Mundial e FMI, com vista a preservar a estabilidade social.

A tentativa do governo em anular os contratos oficiais com o Banco Mundial e o FMI, não teve êxito, porque provocaria um isolamento internacional, acarretando a suspensão do fluxo de ajudas internacionais, etc...

Em meados de 1994, o Banco mundial se queixava da falta de cumprimento dos acordos por parte do governo da Guiné-Bissau, do qual dependia o desbloqueio da terceira parte do financiamento da verba do CAE, referindo-se, especificamente, à não adoção de medidas importantes na melhoria de arrecadação de receitas tributárias, tais como: inclusão no orçamento para 1994 de receitas de fundos autônomos, vendas de pescado e outras receitas atualmente extra orçamentais, recolha efetiva de fundos de contrapartida, o não cumprimento dos acordos relativos aos faturamentos, em divisa, de eletricidade, combustíveis, com a entrada das divisas no Banco Central, a não satisfação da implantação da programação monetária para o primeiro trimestre de 1994, por enquanto o programa monetário indicativo consistia numa expansão de liquidez na ordem de 15% para todo o ano, enquanto que no fim do primeiro semestre, segundo dados do próprio Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, havia atingido os 44%.

Com efeito, a situação econômica vivida na época em 1990 a 1994 é vista por alguns autores guineenses, como o resultado da má gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento socioeconômico do país. Se, por um lado, a disponibilização destes recursos provocou nos primeiros anos uma espécie de desenvolvimento, dando a impressão de uma prosperidade absoluta, “[...] os anos que se seguiram revelaram que, todavia a crise estava longe de ser ultrapassada e o relançamento efetivo da economia continuava a colocar sérios desafios à classe política” (CARDOSO, 1995, p. 80).

Na esfera social, o PAE contribuiu essencialmente para aumentar as desigualdades sociais que já existiam antes da sua implantação, mas que se agravaram e se consolidaram com as medidas de liberalização. Essas medidas implicaram, por exemplo, o fomento de uma classe de agricultores privados, principalmente os produtores de caju que foram altamente beneficiados com os primeiros créditos concedidos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Naturalmente, isso não deixou de provocar certos conflitos no âmbito do campo, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a terra e, particularmente, a terra mais fértil (CRUZ, 2007).

As lutas pelo poder político fizeram com que o desenvolvimento fosse adiado pelos guineenses e as mudanças bruscas originadas delas, criaram incertezas inerentes às especulações e flutuações financeiras internacionais. Entende-se que as pressões exercidas pelo BM e pelo FMI, sobre a Guiné-Bissau, um Estado frágil, no sentido de uma maior rentabilidade, não foi acompanhada de pressão sobre a primazia de sistemas de segurança social para todos; pelo contrário, muitos dos que vivem em espaços onde a presença do Estado é praticamente nula.

A segurança social, excluída do processo de reforma idealizada pelo Banco Mundial na Guiné-Bissau, reveste-se de importância vital para o bem-estar dos trabalhadores, das suas famílias e de toda a sociedade. Constitui um direito essencial do ser humano e um aparelho fundamental de coesão social, promovendo, ao mesmo tempo, a paz e a inserção sociais. Como elemento indispensável da política social, esta não foi contemplada na carta de intenções para o acordo com o FMI - exerce um papel essencial na prevenção e na luta contra a pobreza (CRUZ, 2007).

O PAE não promoveu a segurança humana¹², elemento preponderante à consumação de projetos de vida concebidos pelas famílias guineenses. O PAE não contribuiu para a dignificação da pessoa humana, para a equidade e justiça social, não favoreceu a solidariedade social e a repartição equitativa, a segurança social. A sustentabilidade e o crescimento econômico oscilaram e quase que, exclusivamente pela ajuda externa, o que espelha a submissão com que as agências internacionais conduziram a Guiné-Bissau. Todavia, desde os primeiros programas e após a constatação de efeitos menos positivos sobre o bem-estar das populações, os discursos tanto do BM como do FMI têm-se modificado, no sentido de uma maior abertura, de ênfase às questões,

¹² O conceito de segurança humana irrompeu no contexto da busca da paz na década de 80, em oposição ao conceito de 'segurança nacional', que predominou durante a Guerra-Fria.

nomeadamente, no fortalecimento das instituições, na redução da pobreza e no crescimento sustentável¹³.

No entanto, alguns autores guineenses como: Cardoso, Augel, na obra intitulada Guiné-Bissau vinte anos de independência (1993), entendem que se deveria ir mais além, isto é, caminhar para a reformulação das mesmas, hierarquizando-as de forma a criar uma estratégia de desenvolvimento coerente e bem articulada, aproveitando o que há de melhor nas atuações do Estado e do mercado, enquanto instâncias preponderantes no processo de desenvolvimento, criando, assim, o próprio modelo para o desenvolvimento socioeconômico; procurar as próprias formas para elevar a produção agrícola, principalmente no que tange à produção do caju, por representar o bem de maior relevância que o país possui, sem esquecer da camada mais vulnerável da população guineense.

Os quadros 7 e 8 acima colocado, permitem espelhar a situação econômica da Guiné-Bissau que continua a representar um fator preocupante na situação socioeconômica do país. Este quadro tem apresentado alguns índices de melhora, principalmente na normalização e disciplina do país no seu relacionamento com os credores internacionais (BM e FMI), na qual, em dezembro de 2010, o país foi beneficiado com US\$ 1,2 mil milhões de alívio da sua dívida.

A Guiné-Bissau apesar de conseguir amenizar sua dívida, em Janeiro de 2011 o FMI concedeu ao país 8,5 milhões de US\$, destinados à recuperação da estabilidade orçamental, ao reforço institucional nas áreas da administração tributária e da gestão da despesa pública, reforma nas forças armadas e na função pública (entrevista com o chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, 2012). Conseqüência dessa muito debatida e questionada pelos analistas econômicos guineenses, os quais alegaram que não havia necessidade de pegar outro empréstimo junto do seu credor (FMI), porque o país tem apresentado certa relevância e crescimento econômico no último ano de 2011, principalmente no déficit da balança comercial.

¹³ Porém, a sua propagação a nível internacional só ocorreu em 1994, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) centrou o seu Relatório de Desenvolvimento Humano nessa ideia. Para o PNUD, o âmage da insegurança humana é a vulnerabilidade, e a questão a levantar é saber como proteger as pessoas, persistindo na sua participação direta e na ligação direta entre desenvolvimento e segurança. Como ponto de partida, o PNUD identificava as seguintes dimensões da segurança: econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, de gênero, comunitária e política.

5.2 Os Impactos dos Organismos Internacionais na Produção do Caju

A participação dos organismos internacionais BM e FMI no setor da produção do caju (transformação, comercialização, tanto no mercado interno e externo), desde os primórdios do relacionamento do país com os referidos organismos em 1984, até os dias atuais, só tem contribuído para marginalizar e elevar mais ainda a desigualdade no seio da camada produtiva (produtores), proporcionando a vulnerabilidade social e o endividamento externo do país.

Os créditos bancários e outras facilidades burocráticas que têm sido facultados para os operadores no setor da produção (agricultores, comerciantes, empresários, etc) de caju permitiram, de certa forma, um rápido enriquecimento dessa classe, o qual se pode considerar fictício na medida em que não se baseia numa riqueza duradoura, isto é, que seja consequência de uma reprodução alargada do capital. As dificuldades que se colocam aos operadores na recuperação destes créditos são elucidativas da falta de critérios racionais que nortearam a sua distribuição; raras vezes, foram baseadas na capacidade real de reprodução deste capital. Em muito dos casos até o clientelismo esteve na base da concessão dos créditos.

Com os referidos créditos, vários agricultores de diferentes portes, que haviam sido “beneficiados” com as primeiras parcelas concedidas pelo BM e pelo FMI, entraram em conflitos no campo, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a terra mais fértil para o cultivo.

Segundo palavras dos responsáveis da Associação dos Agricultores do setor de Nhacra (2012), os agricultores principalmente os mais carentes, enfrentam grandes dificuldades no processo produtivo de caju. Dificilmente conseguem créditos agrários junto dos órgãos competentes para a concessão de crédito, por não terem uma pessoa de influência ou família envolvida na política do país. A sociedade agrícola, notadamente a mais carente, anda ancorada à procura de soluções para melhorar as suas produções cajueirais (ver foto no apêndice D, p. 108).

O governo guineense pouco tem feito para mudar a situação dos agricultores face aos organismos internacionais, por ser um Estado fraco e com pouco poder de decisão junto aos agentes financeiros internacionais, caso do BM e FMI. Cada vez mais, os dados mostram que com uma produção bem feita no setor do caju, o Estado guineense poderá pagar um ano de salário dos funcionários, já que, de longe, o

pagamento dos salários dos funcionários públicos tem sido a principal dor de cabeça do governo, assim como poderá ser evitada a privatização de alguns setores relacionados à produção do caju e, ainda, ajudar de forma positiva os pequenos agricultores com créditos para a produção do caju.

Ao entrevistar o Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças sobre o relacionamento do país com os organismos multilaterais (BM e FMI), principalmente no que se refere à concessão de créditos para os agricultores mais carentes, deu para notar certa clivagem na sua fala quanto à falta de segurança dos referidos agricultores, de estrutura de base, tendo e apresentado uma organização produtiva relativamente precária. Mas, cabe frisar, que os outros agricultores, considerados mais estruturados por eles, apresentam também a mesma dificuldade organizacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento socioeconômico e a dependência da Guiné-Bissau - caso do caju – demonstrados, no decorrer do trabalho, enquadram-se numa retrospectiva e numa análise socioeconômica estratégica no processo de desenvolvimento do país e na sua dependência com o setor do caju.

Discorreu-se, em traços gerais, sobre a importância do setor de caju para o desenvolvimento socioeconômico do país, ressaltando que a políticas adotadas no passado na produção (comercialização, transformação do caju, tanto no mercado interno e externo) que sejam reformuladas de forma a permite um desenvolvimento eficiente do setor cajueiro.

O conceito de desenvolvimento e dependência, debatidos ao longo do trabalho, elucidada, de forma geral, a relevância e o conceito do termo desenvolvimento e dependência que, a meu ver é a mudança estrutural, é a transformação do antes para depois no sentido progressivo, conduzindo à mudança na economia, na educação, na saúde e na mentalidade. Tudo o que se faz em termos de políticas, estratégias, as mudanças devem ser lavados em consideração, caso contrário, não há desenvolvimento.

Para uma caracterização do atual estágio da dependência guineense, com relação ao caju, importa alguns fatores: primeiro, o processo de produção e comercialização (interno e externo) do caju. Segundo, a importância da industrialização desse produto, de forma a ajudar no desenvolvimento do país, tanto em nível econômico, quanto político e social. Terceiro, um controle rigoroso e uma política de ganha a ganha no seu processo de produção, comercialização e exportação. Por último, a elaboração de uma política de conscientização da população acerca das causas e consequências do caju.

O Estado Guineense, como instrumento indutor do desenvolvimento, considerado pelos ‘heterodoxos’, reflete os custos de uma economia pouco diversificada e distorcida pelo regime colonial e de crescimento econômico, contudo com acentuados déficits orçamentais.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional chegaram à Guiné-Bissau em meados dos anos 80, associados a uma determinada conjuntura política e econômica, principalmente no equilíbrio da balança de pagamentos e no crescimento econômico. Estes organismos eram portadores de projeto neoliberal para o país e, por influência do

paradigma dominante, propuseram à Guiné-Bissau medidas de caráter econômico, mais concretamente, no âmbito da liberalização econômica, da privatização e da dinamização dos mercados, negligenciando as prestações sociais da competência do Estado.

No domínio social, o BM e o FMI contribuíram para aumentar a desigualdade social que já existia antes, mas que aumentou com a implantação do famoso programa “PAE – Programa de Ajustamento Estrutural”. As medidas impostas ao país com o programa implicaram, por exemplo, o fomento de uma classe de agricultores privados, os chamados donos da terra, que foram altamente beneficiados com os primeiros créditos concedidos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Naturalmente, não deixou de provocar certos conflitos no campo, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a terra e, particularmente, a terra mais fértil para a produção do caju.

O programa de ajuste estrutural, durante a sua aplicação na Guiné-Bissau, apresentou algumas práticas imorais no domínio do desenvolvimento socioeconômico. O aumento compulsivo da exigência na liberalização e na desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais torna-se inexequível, num país com um sistema comercial pouco capaz de enfrentar os desafios da competitividade global e, ainda, com forte pressão patrimonial sobre os escassos recursos.

O PAE não promoveu a segurança humana, elemento preponderante à consumação de projetos de vida concebidos pelas famílias guineenses. A sustentabilidade e o crescimento econômico oscilaram e quase que exclusivamente pela ajuda externa, o que espelha a submissão pela qual as agências internacionais conduziram a Guiné-Bissau. Todavia, desde os primeiros Programas e após a constatação de efeitos menos positivos sobre o bem-estar das populações, os discursos, tanto do BM como do FMI têm sido modificados, no sentido de uma maior abertura e dando ênfase às questões, referentes ao fortalecimento das instituições, na redução da pobreza e no crescimento sustentável.

O BM e o FMI apresentaram ao Estado guineense o programa PAE como a única solução que restava ao governo, face ao forte endividamento externo. O PAE se opôs à intervenção do Estado, impondo medidas como a supressão de subsídios aos agricultores no setor de caju, desemprego de funcionários públicos, cortes salariais, privatizações, e outras mais, que em nada abonou.

A receita do Estado consiste nos impostos cobrados, principalmente, na época da campanha de caju, muito sujeitos à variação dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais e com tendência a diminuir com a demanda da globalização.

De salientar que os condicionantes de mudanças estruturais e do desenvolvimento socioeconômico mostram que não se deve adotar as mesmas políticas adotadas no passado, procurando, sim, tirar ilações dos mesmos, os quais mostram os caminhos a serem seguidos, cabendo a cada um a melhor interpretação daqueles. Qualquer que seja o percurso a seguir, o melhor é o que conduza à melhoria das condições de vida desse povo.

Mas, para que seja alcançada as mudanças, o governo e os órgãos competentes precisam criar estratégias claras e objetivos fundamentais para o desenvolvimento do setor de caju, permitindo assim, uma distribuição racional entre todos os agricultores, por exemplo: ao nível de produtores, aumentar a produção e a produtividade, através do fornecimento de serviços de apoio aos produtores; tornar efetiva, eficiente e eficaz as relações entre os agricultores e os responsáveis pela concessão de crédito rural; melhorar o acesso aos mercados internacionais.

Assim, por este estudo, concluímos que o desenvolvimento socioeconômico e dependência da Guiné-Bissau - caso do caju - retrata os mesmos elementos conflitantes no impedimento do desenvolvimento socioeconômico exercido no país, cujas estratégias, ainda, são mantidas da mesma forma, onde se observa uma grande lacuna na ausência da solidariedade social, da repartição equitativa, da segurança social, da dignificação da pessoa humana, impetradas pela intervenção de uma política antiética e sobretudo imoral. Para, apresentar-se-á os seguintes elementos que dificultaram o processo de desenvolvimento do país e da produção e crescimento do caju:

- Falta de coordenação estratégica entre os produtores de caju.
- Os agricultores não têm acesso ao crédito. Ausência praticamente de Instituições de micro crédito rural. Os serviços bancários do país não estão voltados ao crédito rural.
- Fraca mão de obra, devido à falta de qualificação no domínio de processamento e transformação do caju.
- Crescente dificuldade financeira pela parte dos agricultores de caju. Mercado nacional bastante limitado para a comercialização do suco, vinho, aguardente e amêndoa.
- Falta de infraestrutura adequada para o transporte e armazenamento do produto.
- A adoção da Guiné-Bissau ao PAE, um dos instrumentos do Banco Mundial, para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos foi uma forma de salvação, no débito de suas

dívidas com o exterior, o que acabou não tendo efeito, devido o problema estrutural de projetos e planos estratégicos, para a submissão do país aos interesses gerais do capitalismo dominante.

- O PAE contribuiu, para aumentar a desigualdade social que já havia antes da sua atuação no país.
- O Banco Mundial, perante um Estado fragilizado como a Guiné-Bissau, que depende fortemente da ajuda externa para se manter, apresenta condições de empréstimos e ajudas com juros muito altos, porque o país não tem outro jeito, a não ser aceitar.

Nessa ótica, a visão negativa do papel do Estado contribuiu para a fragilização de uma instituição que já por si enfrentava algumas dificuldades. Tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e dependência da Guiné-Bissau - caso do caju -, como um dos elementos essenciais no desenvolvimento do país, considera-se indispensável a observância de alguns valores morais, essenciais à preservação da identidade nacional e cultural, à independência política e econômica e à garantia da autoestima e o bem-estar das populações envolvidas, sujeitos do objeto do presente estudo. Assim, recomendo, ainda, continuidade de estudos científicos no futuro relativo aos aspectos:

- Processo de desenvolvimento aberto e centrado na pessoa humana, ator e promotor do seu próprio desenvolvimento.
- Orientação social avançada que tenha em conta o fator essencial educação, saúde e promoção de instituições fundadas em juízos morais e sociais.
- Participação democrática dos cidadãos na sua autopromoção, com uma preocupação evidente de respeito aos direitos do homem.
- Criação de condições financeiras favoráveis de investimento para os produtores de caju principalmente a camada mais desfavorecida.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL– Portugal Global. **Mercados Globais**. Dezembro de 2009.

BARROS, Filinto. **Testemunho**. Guiné-Bissau. Editora: INACEP, 2011.

BM, Guiné-Bissau: **A intensidade e os investimentos em Países de UEMOA/Bissau**. Março de 2011.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471 - 1973)**. Campinas, São Paulo. Outubro de 2000.

CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes (Coord). **Guiné-Bissau vinte anos de independência: desenvolvimento e democracia/balanco e perspectivas**. Bissau: Inep, 1993.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau**. Bissau: Inep, 1995.

CARVALHO, Genésio de. **África e política de cooperação da união européia: a experiência da Guiné-Bissau**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

CNC. **Relatório da Campanha de Comercialização e Exportação da Castanha de Caju**. CNC, 2011/atualizado 02/03/2012.

CNC. **Relatório da Campanha de Comercialização e Exportação da Castanha de Caju**. CNC, Novembro de 2009.

_____ Relatório das Atividades da CNC 2008, no setor de Caju.

_____ Relatório das Atividades da CNC 2008, no Setor de Caju.

_____ **Caderno de Exportação de caju**. CNC. Bissau, 2008.

_____ **Guiné-Bissau e o Caju**. CNC, 2012.

CRUZ, Lopes da M. A Manuel Jorge. **O Programa de ajustamento estrutural na República da Guiné-Bissau: uma avaliação política e ética.** Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Área Científica de Estudos Africanos. Novembro de 2007.

FERRAZ, João Carlos; CROCCO, Marcos; ELIAS, Luiz Antonio. **Liberalização econômica e desenvolvimento,** São Paulo: Futura, 2002.

FMI, Guiné-Bissau: **Análise dos investimentos alargado na cooperação África/Bissau.** Abril de 2011.

FMI, Guiné-Bissau: **Primeira Avaliação do Acordo Trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e Avaliação das Garantias Financeiras.** Dezembro de 2010. Relatório n^o 10/379.

_____. Guiné-Bissau: **Consulta de 2010 ao abrigo do Artigo IV e solicitação de um acordo de três anos no âmbito da Facilidade de Crédito Ampliado e de assistência intercalar adicional no âmbito da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados.** Maio de 2010. Relatório n^o 10/117.

FRANÇA – GUINÉ-BISSAU: **Documento do quadro de parceria – (DQP), 2008-2012.**

GRELLET, Gerard. Pourquoi les pays en voie de développement ont-ils des rythmes de croissance aussi différents? Un survol critique de quelques orthodoxies contemporaines. **Revue Tiers Monde**, Paris: PUF, v.33, n. 192, p. 31-66, jan-mars 1992.

HANNAN, Michael T.; FREEMAN, John. The population ecology of organizations. **American journal of sociology**, V.82, n. 5, p. 929-964, 1977.

_____. **Organizational ecology.** Cambridge: Harvard University Press, 1989.

IMBALI, F. **Os efeitos socioeconômicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau.** Bissau: INEP, 1993.

INEC. **Características Econômicas da População da Guiné-Bissau.** INEC, 2009.

_____. **Estudo sobre os mercados tradicionais “Lumo” na Guiné-Bissau:** mapeamento dos grandes mercados das zonas norte e leste da guiné-bissau e dois mercados tradicionais no sul do senegal. SNV, Novembro de 2011.

_____. **Estado e estrutura da população da Guiné-Bissau.** INEC, 2009.

JOYAL, André; MARTINELLI, D. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** São Paulo: Manole, 2004.

JOYAL, André. **L'économie sociale:** um bilan québécois. Montréal. Ilê de La Tortue, 1999.

MONTEIRO H.; MARTINS G. Os efeitos do PAE no sector da educação. In:_____. **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau:** análise dos efeitos socioeconômicos. Bissau, INEP, 1996.

MONTEIRO, António Isaac (Coord). **O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau:** análise dos efeitos socioeconômicos. Bissau: Inep, 1996.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. **Manual de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano:** Desenvolvimento Sustentável. Ed. Tricontinental, Lisboa, 1994.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano:** Desenvolvimento Sustentável. PNUD. Ed. Tricontinental, Lisboa, 2011.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano:** Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano. Pela Liberdade e Solidariedade. Lisboa. Ed. Tricontinental, 2002.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva:** técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PREBISCH, Raúl. **A construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. São Paulo: Contraponto, 1999.

RIST, Gilbert. **Le développement**: histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996.

SANHÁ, Issuf. Reflexão sobre os impactos econômicos e financeiros do Programa de Ajustamento Estrutural. In: _____. **Os efeitos socioeconômicos do programa de ajustamento estrutural**. Bissau, INEP, 1993.

_____. Entrevista. **Expresso Bissau**, Bissau, 24 de Julho de 1992.

SANTOS, Manuel. **A Construção da nação em África**: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe. Bissau: Inep, 1989. (Coleção "Catchu Martel", 24).

SANTOS, Onofre Martins. **Um sorriso para a democracia na Guiné-Bissau**. Lisboa: PAC, 1996.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. Ed. Rio de Janeiro: DPA, 2000.

_____. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed Rio de Janeiro: DPA, 2005.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SEIDI, Ussumane. **Economia da Guiné-Bissau e os objetivos do milênio**. Lisboa: Iseg, 2006.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. 10^a ed. São Paulo: Best Seller, 1990.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SNV. **Relatório e estudos sobre a cadeia de Caju.** Guiné-Bissau: SNV, Agosto de 2007.

_____. **Relatório Final:** plano de recolha, gestão e monitoramento do mercado de caju. Guiné-Bissau: SNV, Julho de 2010.

_____. **Relatório da Missão Jean Paul Banco Mundial:** Guiné-Bissau e o desenvolvimento do setor de caju. Guiné-Bissau: SNV, 23 de Novembro a 1 de Dezembro de 2006.

SMGB. **Análise do Sistema Meteorológico da Guiné-Bissau.** Bissau: Visão terra, 2012.

STIGLITZ, J. **Globalização a grande desilusão.** Lisboa: Terramar, 2002.

UNIÃO EUROPÉIA. **Guiné-Bissau para além de castanha de caju:** diversidade através do comércio: estudo do diagnóstico de integração do comércio para o melhoramento do quadro integrado: assistência técnica para assuntos do comércio internacional. União Europeia, 2010.

VOZ DI PAZ. **Programa de pesquisa-ação para a consolidação da paz.** Bissau: 2007-2010.

OBRAS CONSULTADAS

ALVES-Mazzotti, Alda J. Gewandsznadjer, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo, 2001. p.147-188.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petropolis, Editora: Vozes, 1997.

AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios**. Bissau: Inep, 1996. (Coleção “Catchu Martel”, 10).

DUARTE, Aquino António. **Vinte anos de contradição entre o pensamento e a ação: Guiné-Bissau**. Bissau: Inep, 1993.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 7. ed. Lisboa: Presença, 1998.

ESTEVES, Maria Luísa. **Guiné-Bissau: a questão do cassamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné**. Lisboa: Inep, 1988.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo : Saraiva, 2006.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

FUKUYAMA, F. **A construção de estados, governação e ordem mundial no século XXI**. F.J. Azevedo Gonçalves. Lisboa: Ed. Gradiva 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAO, Mamadu. **Intervenção Rural Integrada**: a experiência do norte da Guiné-Bissau. Bissau: Inep, 1999. (Coleção “Catchu Martel”, 12).

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**: da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: Inep, 2001. (Coleção “Catchu Martel”, 14).

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela industrialização do Brasil**: 1808 a 1930. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MANÉ, Ansumane. **A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000**. Bissau: Inep, 1989.

RIBEIRO, Teresa. **Adesão da Guiné-Bissau à UEMOA**: debate-reflexão e alguns elementos para o crescimento do processo. Bissau: Editora Escolar, 1997.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. 4.ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1999.

TOMMASI, De Silva, WARDE, Miriam Jorge, HADDAD, Sérgio. **Banco Mundial**: as políticas educacionais. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Caju colhido.



Figura 6: Caju Colhido. Fonte: Autoria Própria (2012).

APÊNDICE B – Caju no cajueiro.



Figura 7: Caju no cajueiro. Fonte: Autoria Própria, (2012)

APÊNDICE C – Tecnologia utilizada para prevenir os cajueiros das pragas e das doenças (Antracnose e Oidium).



Figura 8: Tecnologia utilizada para prevenir os cajueiros das pragas e das doenças (Antracnose e Oidium). Fonte: Autoria Própria, (2012).

APÊNDICE D – Entrevistando a Associação dos agricultores da região de Nhacra e Nhoma.



Figura 9: Entrevistando a Associação dos agricultores da Região de Nhacra e Nhoma.

Fonte: Autoria Própria, (2012).

APÊNDICE E – Forma tradicional da produção de suco e vinho de caju.



Figura 10: Forma tradicional da produção de suco e vinho de caju.
Fonte: Autoria Própria, (2012).

APÊNDICE F – Residência de um agricultor dono de 110 hectares de terra de caju.



Figura 11: Residência de um agricultor dono de 110 hectares de terra de caju.
Fonte: Autoria Própria, (2012).

APÊNDICE G – Cozinha de um dos agricultores de caju.



Figura 12: Cozinha de um dos agricultores de caju.
Fonte: Autoria Própria, (2012).

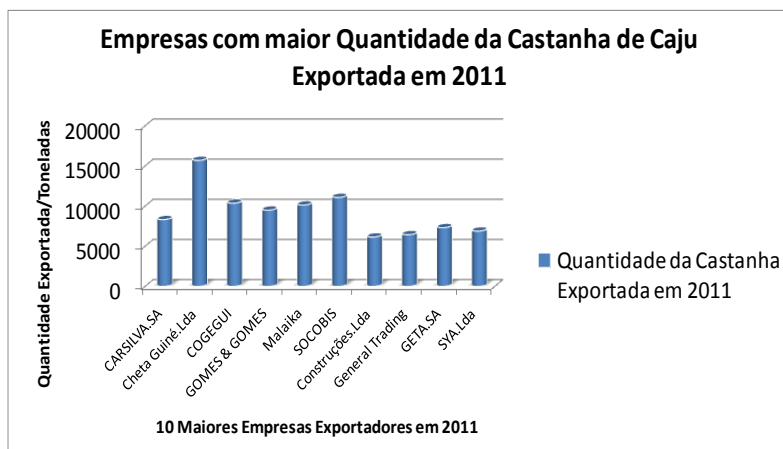
APÊNDICE H – Filtro do vinho de caju.



Figura 13: Filtro do vinho de caju.
Fonte: Autoria Própria (2012).

APÊNDICE I - Empresas com maior quantidade da castanha de caju exportada em 2011.

Gráfico 16: Empresas com maior Quantidade da Castanha de Caju Exportada em 2011. Elaboração Própria.



Fonte: CNC, 2011.

APÊNDICE J - Consumo mundial do caju

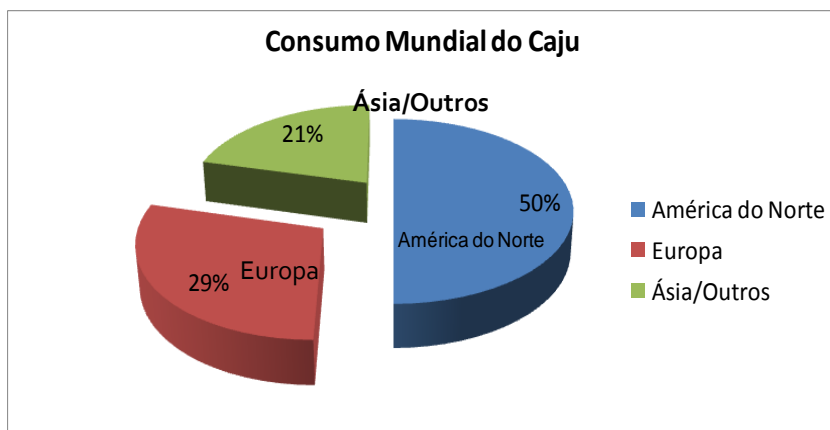


Gráfico 17: Consumo Mundial do Caju. Elaboração Própria.

Fonte: CNC, 2011.

APÊNDICE K - Quantidade da castanha de caju exportada por empresas em 2011.

Nº	Empresas Exportadoras	Quantidade Exportada/2011	Variação %
1	A.S.T	663,53	0,4%
2	Abdulai C. Bangura	2.572,25	1,5%
3	Alfredo Miranda	4.993,87	2,9%
4	Alpha Amadou Baldé	2.350,18	1,4%
5	Amman.Bissau	992,32	0,6%
6	Anso Lopes	1.001,41	0,6%
7	Armazem Bandim	2.081,16	1,2%
8	B.C. Trading	3.345,42	2,0%
9	Bá & Irmãos	4.267,35	2,5%
10	C.C.M.N	1.244,9	0,7%
11	Cante & Cante	2.965,14	1,7%
12	CARSILVA.SA	8.322,21	4,9%
13	Casherw Coeur Sarl	545,09	0,3%
14	Cheta Guiné Lda	15.702,51	9,2%
15	Cogegui	10.372,9	6,1%
16	Construções Lda	6.152,44	3,6%
17	CPTCE-PAN	2.025,53	1,2%
18	CR-Trading	3.106,21	1,8%
19	Daconta	835,76	0,5%
20	Darame Trading	843,62	0,5%
21	Dja & Dja	2.028,08	1,2%
22	Djabi & Djabi	3.175,23	1,9%
23	G & G Import/Export	2.208,67	1,3%
24	G.H Impex	1.192,21	0,7%
25	Galva Trading	3.754,47	2,2%
26	General Trading	6.440,34	3,8%
27	GETA.SA	7.317,59	4,3%

28	Global Caju	2.403,92	1,4%
29	Gomes & Gomes	9.502,45	5,6%
30	Import Trading Guiné	2.472,8	1,4%
31	Iscon Agro Comercial.Lda	2.130,2	1,2%
32	Kebesco	334,12	0,2%
33	Lamarana Djaló	1.917,88	1,1%
34	Malaika	10.139,76	5,9%
35	Manex Sarl	473,73	0,3%
36	Mariama Tuncara Djaló	1.287,95	0,8%
37	Midas Sarl	1.372,57	0,8%
38	Moctar Ould Mohamed	526,12	0,3%
39	Nadia Jauad Bicha	2.611,17	1,5%
40	Regal Guiné	903,01	0,5%
41	Regal Holding Import/Export	272,57	0,2%
42	S.K.Bissau	5.004,59	2,9%
43	Sicap.Lda	949,56	0,6%
44	SMCI.Lda	1.589,52	0,9%
45	Sociedade G. Bissau	120,44	0,1%
46	SOCOBIS	11.086,45	6,5%
47	SOGUICINA	3.114,77	1,8%
48	SYA.Lda	6.891,92	4,0%
49	UCC	301,68	0,2%
50	Victor Gomes Reis Borges	1.293,95	0,8%
51	VK Trading	3.668,28	2,1%
Total de 05 de Maio de 2011 a 16 de Fevereiro de 2012		170.869,86	100%

Quadro 9: Quantidade da Castanha de Caju Exportada em 2011.

Elaboração Própria

Fonte: CNC, 2011.

APÊNDICE L - Imposto pago pelas empresas em 2011/Valores em Fcfa (US\$ 1 = 575 Fcfa/Cotação 2012).

Nº	Empresas	Gratias Bancarias		Pagamentos		Meses/Ano	Total	Quantidade Exportada/Tonelada
		Nº	Banco	CPR	ACI			
1	Abdulai C. Bangura			17.468.118	26.202.179	Jun/Ago2011	43.670.288	2.510
2	Alfredo Miranda	618/105	BRS/BAO	34.567.313	51.860.966	Mai/Ago2011	86.418.279	5.000
3	Alpha Baldé			15.890.064	23.834.720	Mai/Ago2011	39.724.784	2.300
4	Amman, SARL			6.772.500	10.156.750	jun/11	16.931.250	1.000
5	Anso Lopes	75/115	BDU/BDU	8.581.875	8.639.500	Mai/Jun2011	17.221.375	1.000
6	Armazens do Bandim	91/94	BRS/BAO	13.915.125	20.872.687	Mai/Jun2011	34.787.812	1.700
7	AST,SARL			4.734.066	7.101.099	Jun/Ago2011	11.835.165	675
8	Ba Irmãos,Lda	44	BDU	27.564.687	41.346.250	Mai/Jun2011	68.910.937	4.000
9	BC Trading SARL	55	BDU	27.947.362	41.934.544	Mai/Ago2011	69.881.906	4.000
10	Centé & Centé Trad,Lda			11.161.969	16.742.953	Mai/Ago2011	27.904.922	1.600
11	Carсила SA	130/639/120	BOURBONCOG INC	45.398.170	88.082.257	Mai/Ago2011	113.470.427	6.500
12	Cashwoceur, SARL			3.386.250	5.079.375	Mai/Ago2011	8.465.625	500
13	Cheta Guimé,Lda			105.525.998	158.589.200	Mai/Ago2011	264.115.198	15.500
14	Cogegui,Lda			72.067.500	108.101.251	Mai/Ago2011	180.168.751	10.500
15	C.C.M. Indieye Bxo,Lda			8.331.750	12.497.626	Mai/Ago2011	20.829.376	1.200
16	Construções,Lda			42.609.656	63.914.485	Mai/Ago2011	106.524.141	5.650
17	CPC-Pan Cooperativa	85/134	BDU	13.757.814	20.636.720	Mai/Ago2011	34.394.534	2.000
18	CR Trading C. Geral			15.360.186	23.040.279	Mai/Ago2011	38.400.465	2.200
19	Daconta Trad. R. Sarl			5.790.656	8.665.984	Mai/Ago2011	14.476.640	860
20	Darame Trading	118/145	BDU	5.396.682	8.095.073	Mai/Ago2011	13.491.705	780
21	Dja & Dja	88	BDU	13.957.500	20.936.249	Mai/Ago2011	34.893.749	2.000

22	Djabli & Djabli Lda	33/66	BDU	21.713.563	32.570.720	Mai/Ago2011	54.284.283	3.150
23	G & G Sarl-Imp/Exp			13.815.000	20.722.499	Mai/Ago2011	34.537.499	2.000
24	Erne Kay Store			690.562	1.035.843	Mai/Ago2011	1.726.405	100
25	Galva Trading Lda			24.617.843	36.926.765	Mai/Ago2011	61.544.608	3.600
26	General Trading Lda	72/678	BAC/BR S	41.292.003	61.938.001	Mai/Set2011	103.230.004	5.950
27	Gata.SA	55/123	BAC/BD U	45.624.376	68.436.562	Abr/Jun2011	114.060.938	6.750
28	Gomes & Gomes Lda	61/124	BAC/BD U	56.899.032	85.348.548	Mai/Out2011	142.247.580	8.000
29	Global Cashew Sarl			8.106.875	12.161.812	Mai/Jun2011	20.270.687	1.170
30	G.H. Impex			7.979.591	11.862.880	Mai/Ago2011	19.841.471	1.135
31	Grupo Malaika. AS			47.149.688	71.174.531	Set11/Fev12	118.324.219	6.500
32	Importtrading - SQ			11.192.152	16.788.227	Mai/Ago2011	27.980.379	1.600
33	Isccon Agro C. Lda			8.376.102	12.564.153	Mai/Ago2011	20.940.255	1.200
34	Kebisco Internacional			2.464.426	3.696.638	Julho de 2011	6.161.064	360
35	Lamarana Djaló			10.807.000	14.710.500	Mai/Ago2011	25.517.500	1.400
36	Mariama T. Djaló			9.075.563	13.613.344	Mai/Ago2011	22.688.907	1.300
37	Malaika Trading			34.411.875	51.617.813	Jun/Ago2011	86.029.688	5.000
38	Manex. Sarl			2.809.750	4.213.125	Junho de 2011	7.022.875	400
39	Midas Sarl Bissau			12.647.015	18.972.374	Mai/Ago2011	31.619.389	1.800
40	Mectar Ouid Mohamed	62	BDU	3.532.388	2.354.932	Mai/Ago2011	5.887.330	500
41	Nadia Jauad Biccha	65	BDU	19.025.628	28.538.438	Mai/Out2011	47.564.066	2.700
42	Regal Holding. Sarl			1.173.319	1.759.978	Junho de 2011	2.933.297	170
43	Regal Ouidé Sarl			8.232.038	12.364.405	Jun/Jun2011	20.616.443	1.190
44	Sicap Lda			2.430.750	3.646.125	Junho de 2011	6.076.875	350
45	Sic-Bissau Lda			34.436.077	51.654.098	Mai/Set2011	86.090.175	4.997.124
46	Societa G. Bissau Sarl			877.734	1.316.602	Junho de 2011	2.194.336	125
47	Soc.Maurit.C.Industri a			11.196.601	16.864.900	Mai/Jun2011	28.061.501	1.600
48	Soc. Syb Lda	648/754	BRS	43.842.377	66.173.188	Mai/Nov2011	110.015.565	6.250
Total Geral				984.595.580	1.469.269.029		2.453.984.678	5.132.698

Quadro 11: Instituições financeiras no setor de caju. Elaboração própria.
Fonte: CNC (2008).

APÊNDICE M – Instituições Financeiras no setor de caju

ACE	Audit Control Expertise
AGEX	Associação Guineense dos Exportadores de Caju
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau
ATCCAJU	Associação de Tratamento da Castanha de Caju
BAO	Banco da África Ocidental
BCEAO	Banque Centrale des Etats de L'Afrique de L'Ouest
BDC	Business e Development Consulting
BDU	Banco da União
BRS	Banco Regional para a Solidariedade
CAJUHOL	Consultoria e Montagem de Unidades para Caju
CCIA	Câmara de Comércio Indústria e Agricultura
CPC	Centro de Promoção de Caju
ECOBANK	Banco Pan Africano
FAGACE	Fundo Africano de Garantia e de Cooperação Econômica
FUNDEI	Fundação Guineense para Desenvolvimento Empresarial e Industrial
NÔ FIANÇA	Organização não Governamental
NSIA	Agência Seguradora
SGS	Seguradora
SICAJU	Sociedade Industrial de Caju
SNV	Organização Holandesa para Desenvolvimento

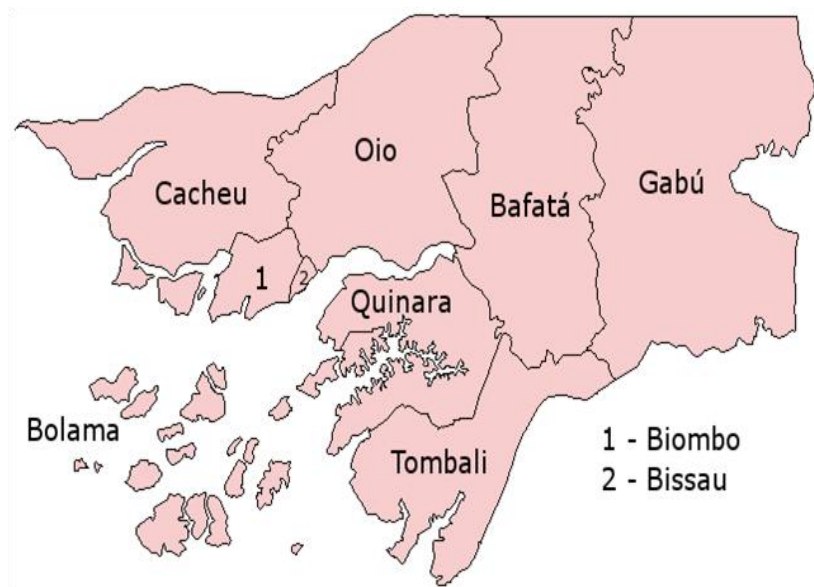
ANEXO B - Mapa da Guiné-Bissau

Figura 15: Mapa da Guiné-Bissau

Fonte: GOOGLE (2012). Disponível em:

<http://picasaweb.google.com/lh/photo/eQOKAXZkdHVdxhrwwOBmqg>

Acesso em 08 de Março de 2012.

ANEXO C - Pequenas Unidades de Processamento do Caju.

Unidades de Processamento Existentes na Guiné-Bissau			
Nº	Nome da Unidade (Proprietário)	Localização	Número de Máquinas
1	B & B (Fernando Flamengo)	Bissau	24
2	Quadé & Quadé (João Quadé)	Safim	12
3	Maimuna Capé	Bafatá	10
4	Sotracaju (Mustafa Cassama)	Binar	10
5	Fram na Becasse (Fernando A. Ramos)	Bissorã	8
6	Micor (Emilia Correia)	Quinhamel	6
7	Francaju (Chico Quadros)	Bafatá	5
8	Djonde Lda. (Florentino Nanque)	Bissau	23
9	Geba Caju (Marcelino Gomes)	Bafatá	4
10	Braima Fati	Bolama	4
11	Cacaju (Fátima Almeida)	Cumura	4
12	Ansiper (António Simões Pereira)	Cutia	4
13	Proccaqui (Abel Gomes)	Quinhamel	4
14	Francisca Pereira	Bissau	3
15	Ecofruta (Tutu da Silva)	Bissau	2
16	Assodesca (António Teste/Missão Católica)	Bula	2
17	Felicidade (Corca Djaló)	Cumura	2
18	Bular de Trabalho (Celeste Pereira)	Ingoré	2
19	Mer Bodjar (Associação das Mulheres)	Quinhamel	2
20	Sanhá Quinça	Quinhamel	2
21	Dapan Lda (Pão Francês)	Quinhamel	1
22	Wana Sigá (Quintino Sigá)	Quinhamel	1

Quadro 12: Pequenas Unidades de Processamento do Caju.

Fonte: CNC, 2009.

ANEXO D - Unidades de Processamento de Caju com Capacidade de um ou mais Contentores por mês.

Nome da Unidade (Proprietário)	Localização
AGRIBISSAU	Mansoa
SICAJU	Bissau
LICAJU	Bolama
Instituição de Promoção de Caju	
Nome da Unidade (Proprietário)	Localização
Centro de Promoção de Caju – CPC (FUNDEI)	Bissau

Quadro 13: Unidades de Processamento de Caju com Capacidade de um ou mais Contentores por mês.

Fonte: CNC, 2009.

ANEXO E - Unidades de Processamento do Caju.

Empresas Processadoras	Local	Responsáveis	Capacidade Anual de Transformação/T	Transformação em 2011/T	Nº de Trabalhadores	Proporção de Mulheres
Ansiper	Cutia	António S. Pereira	100	10	40	28
Agribissau	Mansoa	José R. Santy	841	50	500	350
Cape	Cape	Cape	505		180	126
Geba Caju	Bafatá	Marcelino Gomes	101		40	28
Licaju	Bolama	António Mota	841		500	350
Watna binhim	S. João	Watna	100	10	40	28
Guida	Insalma	Guida	100	5	40	28

Blaken		Blaken				
GCAII	Bafatá	Martinho Intanha	2000	Novo	600	420
Quadé-Quadé	Safim	João Quadé	404		150	105
Emicor	Quinhamel	Emília Correia	437	30	150	105
CPC	Bissau	Embália Barros	202		80	56
B&B	Bissau	Celestino Có	404		150	105
Djondé Lda	Bissau	Florentino Nanque	404	30	150	105
Cucaju	Cumura	Fátima Almeida	168		40	28
Centro F. Qhm	Quinhamel	Armando Vara	168	15	50	35
Sicaju	Bissau	José R. Santy	858		500	350
Francil	Bissau	Francisco Pereira	168		40	28
GT Industria	Ingoré	Mamadú	100		40	28
Grupo Laaico	Nhacra, Bula e Qhm	Grupo Laaico	7500	Novo	2000	1400
Total Geral			15401	150	5290	3703

Quadro 14: Unidades de Processamento do Caju.

Fonte: CNC, 2011.